

*Região Metropolitana  
da Baixada Santista*



## **O ESTADO DOS MUNICÍPIOS 1997-2000**

Índice Paulista de Responsabilidade Social



**Mesa Diretora da Assembléia  
Legislativa do Estado de São Paulo**

**Presidente**

Deputado Sidney Beraldo

**1º Secretário**

Deputado Emidio de Souza

**2º Secretário**

Deputado José Caldini Crespo

**1º Vice-Presidente**

Deputado Roque Barbieri

**2º Vice-Presidente**

Deputado Ary Fossen

**3º Secretário**

Deputado Marquinho Tortorello

**4º Secretário**

Deputada Maria Lúcia Prandi

## UMA FERRAMENTA PARA PLANEJAR O DESENVOLVIMENTO DO NOSSO ESTADO

Conhecer melhor para decidir corretamente. É com esse propósito que a Assembléia Legislativa contratou a Fundação Seade para elaborar o Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS, uma radiografia da qualidade de vida em todos os 645 municípios do Estado de São Paulo.

A decisão de elaborar este levantamento remonta aos debates do *Fórum São Paulo Século XXI*, iniciativa do então presidente da Assembléia Legislativa, deputado Vanderlei Macris, e consumada com a aprovação da Lei nº 10.765, de 19 de fevereiro de 2001, que criou o IPRS, capacitando o Poder Legislativo para avaliar de forma consistente as performances das políticas públicas governamentais implementadas.

Nessa perspectiva, a elaboração, a disponibilização dos resultados, a disseminação e o incentivo ao uso do IPRS, por parte dos mais diferentes atores públicos e privados do Estado de São Paulo, através de iniciativas conduzidas pela Assembléia Legislativa, resultam numa ferramenta de enorme valia para que sejam mais bem identificados e qualificados os desafios colocados aos governos e à sociedade com vistas à promoção do desenvolvimento com face humana, em que os frutos do crescimento econômico e da expansão das atividades produtivas, ao lado da decorrente ampliação das fontes de financiamento dos gastos públicos, estejam a serviço da melhoria permanente das condições de vida da população, notadamente daqueles grupos mais vulneráveis e menos incluídos social e economicamente.

Ao divulgar a versão do IPRS atualizada com os dados censitários de 2000, a Assembléia Legislativa deixa evidente qual desenvolvimento estará sendo tratado e promovido, subordinando-o à melhoria estrutural e permanente das condições de vida da população e, assim, sendo capaz de produzir, como consequência, a continuada evolução positiva daqueles indicadores que possibilitam aferir, com acuidade e precisão, os avanços da qualidade de vida que se deseja ver materializados e que o IPRS estará comprovando.

É particularmente relevante chamar atenção para o fato de que a metodologia adotada para a construção e cálculo do IPRS, ao lado de permitir análises e comparações análogas àquelas proporcionadas pelo IDH, possibilita ir além disso, porque trabalha com um conjunto mais amplo de variáveis associadas às condições de vida das pessoas, que melhor explicam e caracterizam a situação do desenvolvimento humano nos municípios e regiões do Estado. O índice permite a elaboração de diagnósticos e o desenho de diretrizes e ações, tanto no âmbito das políticas públicas, quanto daquelas iniciativas que deveriam ser adotadas pelo setor privado, a partir de estímulos e mecanismos de indução ou apoio; além, é claro, do que possa ser promovido pelas mais diferentes organizações da sociedade civil, em seu compromisso com a melhoria das condições de vida.

Com efeito, o IPRS também serve de emulador às boas práticas administrativas e de governança, pois dota os municípios do Estado de indicadores objetivos que demonstram quais esforços devem ser empreendidos para melhorar a qualidade de vida da população em geral.

Diante dos cenários socioeconômicos que podem ser construídos a partir do IPRS, a população e as lideranças locais e regionais, em cada parte do território paulista, poderão debater e estabelecer iniciativas e metas a serem desencadeadas e perseguidas, com vistas à construção dos caminhos em direção ao desenvolvimento econômico sustentado, que possam resultar, ao mesmo tempo, em melhorias concretas das condições de vida, expressas pela obtenção de medidas do IPRS que reflitam objetivamente tais avanços.

Deputado Sidney Beraldo,  
**Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo**

Deputado Emidio de Souza  
**1º Secretário**

Deputado José Caldini Crespo  
**2º Secretário**



**Governador do Estado**

Geraldo Alckmin

**Vice-Governador**

Cláudio Lembo

**Secretário de Economia e Planejamento**

Andrea Sandro Calabi

**SEADE**

Fundação Sistema Estadual  
de Análise de Dados

**Diretora Executiva**

Felícia Reicher Madeira – interina

**Diretor Adjunto Administrativo e Financeiro**

Marcos Martins Paulino

**Diretora Adjunta de Análise Socioeconômica**

Ana Celeste de Alvarenga Cruz – respondendo pelo expediente

**Diretora Adjunta de Produção de Dados**

Maria Cecília Comegno – respondendo pelo expediente

**Chefia de Gabinete**

José Max Reis Alves

**Conselho de Curadores**

Andrea Sandro Calabi (Presidente)

Ana Maria Afonso Ferreira Bianchi

Carlos Antonio Luque

Hélio Nogueira da Cruz

Luiz Antonio Vane

Maria Coleta Ferreira Albino de Oliveira

Maria Fátima Pacheco Jordão

Neide Saraceni Hahn

Ruben Cesar Keinert

**Conselho Fiscal**

Eunice Barboza Machado

Fábio Alonso

Ironice da Rocha Silva

## SÃO PAULO SOB UMA NOVA VISÃO

Um raro e ambicioso empreendimento. Talvez seja essa a melhor qualificação de *O Estado dos Municípios*, que a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, por meio de contrato com a Fundação Seade, oferece à sociedade e àqueles que definem políticas e ações sociais.

Trata-se de extensa análise da situação socioeconômica de cada um dos 645 municípios paulistas, realizada por meio das informações do IPRS – Índice Paulista de Responsabilidade Social. Espera-se com isso contribuir tanto para o aprimoramento da formulação de políticas públicas e da definição de metas e prioridades, quanto para o acompanhamento da evolução de seus resultados, decisivo para construção de consensos e para avaliação da ação do poder público e dos agentes sociais.

Desdobramento do IPRS, proposto nos debates do *Fórum São Paulo Século XXI*, o IPRS-2000, além de um relatório técnico que descreve a elaboração do índice, gerou a presente publicação, para tornar mais fácil o emprego de suas informações. Abre-se, assim, uma grande vertente para a produção de análises municipais e regionais, permitindo comparações entre a situação e o desempenho dos diferentes municípios paulistas, por meio dos indicadores das três dimensões do IPRS: riqueza, longevidade e escolaridade. Além disso, o acesso às variáveis que compõem aqueles indicadores permite estabelecer relações entre si, criando outras possibilidades para a compreensão de diferentes fenômenos econômicos e sociais e suas inter-relações.

São inúmeros os exemplos das potencialidades de uso dessas informações: desde o desvendamento de padrões específicos do desempenho econômico e social dos municípios, até a identificação de situações surpreendentes, como o fato de Pedrinhas Paulista, um município de pequeno porte, ser o único classificado no Grupo 1 do IPRS, na Região Administrativa de Marília, ou, ainda na mesma região, a classificação de Oscar Bressane, que ocupa o 1º lugar no Estado, na dimensão escolaridade.

O confronto entre as variáveis de riqueza de Jaguariúna e Paulínia, por exemplo, permite inferir que, no primeiro município, houve importante expansão das atividades industriais, provocando impacto positivo nos níveis salariais ali vigentes. Já no segundo, onde o crescimento das atividades industriais foi ainda mais intenso, ocorreu redução dos salários médios reais. Pode-se admitir que, no primeiro caso, tratou-se de uma expansão baseada na introdução de novas unidades produtivas na economia local, que chegaram a afetar a própria estrutura ocupacional do município. Em Paulínia, parece ter ocorrido, prioritariamente, a ampliação do valor da produção de unidades preexistentes, de modo que os salários acompanharam o movimento geral desta variável no conjunto do Estado.

Outro caso paradigmático: embora em 1º lugar na *ranking* de riqueza do Estado, Barueri encontra-se mal posicionado na dimensão longevidade, razão de sua classificação no Grupo 2. Para avançar ao Grupo 1, seria necessário um conjunto de iniciativas para reduzir a mortalidade no município. Muitos esforços têm sido realizados para tanto e as taxas de mortalidade infantil e perinatal diminuíram, entre 1997 e 2000. Porém, a mortalidade de jovens e adultos estabilizou-se em patamar muito elevado e a de idosos, embora em queda, também é muito alta. Sabe-se que a mortalidade entre jovens e adultos tem causas totalmente distintas da mortalidade infantil e exige respostas que, geralmente, envolvem a segurança pública, os cuidados com o trânsito e o sistema viário e o combate à disseminação de doenças sexualmente transmissíveis.

Estes 16 volumes constituem útil ferramenta para os gestores públicos melhor conhecer a realidade onde atuam e para informar aos cidadãos a situação de seus municípios. Como qualquer indicador, os do IPRS possuem limitações e não se pode exigir deles mais do que são capazes. A Fundação Seade, vinculada à Secretaria de Economia e Planejamento, agradece a confiança que mereceu da Assembléia Legislativa e espera, com esta publicação, contribuir para o avanço da democratização das informações e para o pleno exercício da cidadania em nosso Estado.

Andrea Sandro Calabi

**Secretário de Economia e Planejamento do Governo do Estado de São Paulo**  
**Presidente do Conselho de Curadores da Fundação Seade**

Felícia Reicher Madeira

**Diretora Executiva da Fundação Seade**

O Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS, 9  
Região Metropolitana da Baixada Santista, 19

## Municípios

Bertioga, 25  
Cubatão, 27  
Guarujá, 29  
Itanhaém, 31  
Mongaguá, 33  
Peruíbe, 35  
Praia Grande, 37  
Santos, 39  
São Vicente, 41

## O ÍNDICE PAULISTA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL – IPRS

O Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) é um sistema de indicadores socioeconômicos referidos a cada município do Estado de São Paulo. A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo contratou a Fundação Seade para a elaboração do IPRS, com o objetivo de fornecer instrumentos que permitam o acompanhamento da situação social e econômica desses municípios e que subsidiem a formulação e a avaliação de políticas públicas em âmbito municipal.

O IPRS acompanha o paradigma que sustenta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), proposto pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Porém, a operacionalização de ambos apresenta diferenças substanciais, uma vez que o IPRS busca gerar indicadores de curto prazo e evitar os inconvenientes de utilizar um índice sintético baseado numa média das dimensões que o compõem.

Como se sabe, o paradigma do desenvolvimento humano propugna a insuficiência da renda *per capita* como o único indicador das condições de vida da população residente em determinado território. Considera que, além da renda, outras dimensões devem ser incluídas para se ter um quadro mais completo das condições de vida de uma sociedade. No desenvolvimento do IDH, propôs-se que mais duas dimensões fossem incorporadas à renda: a longevidade e a escolaridade, adicionando assim as condições de saúde e de educação ao nível de renda para se gerar um indicador mais abrangente das condições de vida.

Para fazê-lo, o IDH selecionou variáveis específicas para cada dimensão: PIB *per capita*,<sup>1</sup> para a dimensão riqueza; esperança de vida ao nascer, para a dimensão longevidade; e a combinação da taxa de alfabetização das pessoas com 15 anos e mais (com peso de 2/3) com a taxa de matrícula bruta (peso de 1/3), para a dimensão escolaridade. Os indicadores de cada dimensão são padronizados e transformados numa escala de 0 a 100, que permite calcular a média aritmética simples dos indicadores resultantes em cada uma das escalas.

O interesse pela utilização do IDH como instrumento analítico para a definição de prioridades e metas de políticas públicas vem crescendo notavelmente desde a divulgação do primeiro Relatório Internacional de Desenvolvimento Humano, em 1990, por duas razões fundamentais. A primeira diz respeito ao próprio conceito de desenvolvimento humano adotado pelo PNUD, que procura destacar, como objetivos a serem alcançados por toda e qualquer nação, no longo prazo, não só a ampliação do bem-estar material da população, mas também o alargamento

da liberdade das escolhas pessoais, o que pressupõe a criação de um ambiente propício para a experiência de uma vida longa, saudável e criativa. A segunda razão decorre da facilidade com que o IDH possibilita comparações internacionais e, dependendo da disponibilidade de informações estatísticas dos países, também comparações em âmbito regional ou local, mediante a classificação dos países, Estados ou municípios em um *ranking* a partir do qual podem ser identificadas três categorias: baixo desenvolvimento humano (IDH menor que 0,5); médio desenvolvimento humano (IDH maior que 0,5 e menor que 0,8); e alto desenvolvimento humano (IDH maior que 0,8).

No Brasil, o Escritório Regional do PNUD patrocinou a elaboração de um Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano, em 1996, e de um Atlas de Desenvolvimento Humano, em 1998. Elaborado conjuntamente pelo Ipea, IBGE e Fundação João Pinheiro, o Atlas utiliza uma medida similar ao IDH (o IDH-M) para reconstituir a evolução dos índices de desenvolvimento humano em nível municipal, no período de 1970 a 1991, tomando por base informações levantadas pelos censos demográficos. Desde então, o IDH-M passou a ser utilizado como referência para o planejamento e a avaliação de políticas e programas sociais no país.

No entanto, para os objetivos da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, a metodologia adotada para o cálculo do IDH-M possui limitações importantes que o IPRS busca superar. Em primeiro lugar, devido às variáveis utilizadas, originárias do Censo Demográfico, só se pode atualizar o IDH a cada dez anos, período excessivamente longo para quem pretende acompanhar e subsidiar a formulação de políticas públicas. Em segundo lugar, a elaboração de um *ranking* por meio do cálculo das médias dos indicadores das três dimensões do IDH, se facilita a comunicação de seus resultados, dificulta a avaliação da real situação do município em cada uma daquelas dimensões.

Para superar tais limitações, o IPRS, preservando o paradigma do desenvolvimento humano e as três dimensões do IDH, buscou identificar fontes alternativas de dados, em especial registros administrativos, que possibilitassem a atualização mais freqüente do indicador e construiu, por meio de técnicas estatísticas multivariadas, agrupamentos de municípios em situações socioeconômicas semelhantes, evitando o cálculo de um valor médio para cada município.

O Quadro 1 sintetiza as variáveis consideradas em cada uma das três dimensões do IPRS. Note-se que, por ser um sistema de indicadores que permite o acompanhamento permanente da si-

1 No caso de indicadores municipais, o PIB *per capita* tem sido substituído pela renda familiar *per capita*.

**Quadro 1**  
**Síntese das Variáveis Seleccionadas e Estrutura de Pesos Adotada, segundo Dimensões do IPRS**

DIMENSÕES	VARIÁVEIS DE RESULTADO	VARIÁVEIS DE ESFORÇO
Riqueza Municipal	Consumo de energia elétrica residencial (44%) Consumo de energia elétrica na agricultura, no comércio e nos serviços (23%) Remuneração média dos empregados com carteira assinada (19%)	Valor adicionado fiscal per capita (14%)
Longevidade	Mortalidade infantil (30%) Mortalidade de adultos de 60 anos e mais (20%) Mortalidade de adultos de 15 a 39 anos (20%)	Mortalidade perinatal (30%)
Escolaridade	Porcentagem dos jovens de 15 a 19 anos que concluíram o ensino fundamental (26%) Porcentagem dos jovens de 20 a 24 anos que concluíram o ensino médio (24%) Porcentagem de crianças de 10 a 14 anos alfabetizadas (24%) Porcentagem de jovens de 15 a 24 anos alfabetizados (23%)	Porcentagem das matrículas de ensino fundamental oferecidas pela rede municipal (3%)

tuação socioeconômica dos municípios paulistas, as fontes de informações primárias do IPRS não se limitam aos Censos Demográficos, cuja realização ocorre a cada dez anos. Isso exigiu a avaliação de diversas fontes alternativas que possibilitassem a criação de indicadores municipais para as três dimensões, sendo seleccionadas as seguintes:

- indicador de riqueza municipal: registros administrativos fornecidos pelas Secretarias de Estado dos Negócios da Fazenda e da Energia do Estado de São Paulo e do Ministério do Trabalho e Emprego;
- indicador de longevidade: dados do Registro Civil produzidos pela Fundação Seade;
- indicador de escolaridade: dados dos Censos Demográficos produzidos pelo IBGE e do Censo Escolar, do Ministério da Educação.

Observe-se que, no caso do indicador de escolaridade, ainda se utiliza o Censo Demográfico como fonte de informações primárias, pelo fato de terem ocorrido mudanças, na década de 90, no questionário do Censo Escolar – fonte alternativa preferencial para a produção desses indicadores – o que dificulta a construção de séries históricas. Além disso, tendo em vista a qualidade das informações censitárias, parece inapropriado deixar de utilizá-las quando disponíveis para o ano em pauta.

Desde o início da elaboração do IPRS, além das variáveis de resultado – que caracterizam a situação atual dos municípios, decorrente de fenômenos e processos ocorridos no passado –, buscou-se incorporar outras três, uma para cada dimensão, que refletissem aspectos relacionados aos esforços atualmente empreendidos pelos municípios paulistas (Quadro 1). Ressalte-se que, no cálculo do IPRS ora apresentado, adotou-se uma aproximação inicial dessa abordagem, a ser complementada, oportunamente, por estudos mais detalhados sobre indicadores de esforços em educação e saúde, que foram objeto de trabalhos específicos.

A combinação das variáveis de cada dimensão para a construção de um indicador sintético de riqueza, longevidade e escolaridade implicou a definição dos pesos a serem atribuídos a cada variável (valores entre parênteses no Quadro 1). Para a elaboração dessa estrutura de ponderação, estudou-se a interdependência entre as variáveis por meio de um modelo de análise fatorial. Cada um dos três indicadores sintéticos que correspondem às dimensões do IPRS foi transformado em escala que varia de 0 a 100, de modo a facilitar o manuseio dos dados e a comparação dos municípios.

Esses valores são apresentados nos gráficos que acompanham a análise da situação de cada município do Estado de São Paulo e



**Quadro 2**  
**Limites de corte para a definição da escala discreta do IPRS**

Dimensão		1997	2000
Escolaridade	Baixa	Até 59	Até 78
	Média	De 60 a 69	De 79 a 85
	Alta	70 e mais	86 e mais
Longevidade	Baixa	Até 59	Até 64
	Média	De 60 a 69	De 65 a 71
	Alta	70 e mais	72 e mais
Riqueza	Baixa	Até 49	Até 49
	Alta	50 e mais	50 e mais

**Fonte:** Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS.

**Nota:** Em 1992, utilizaram-se os mesmos limites adotados em 1997.

foi a partir de sua ordenação que se obtiveram os *rankings* refe-  
ridos às três dimensões do IPRS, também citados nas análises.

Além de sintetizarem a situação de cada município no que diz  
respeito a riqueza, escolaridade e longevidade, tais indicadores  
foram empregados para a construção de grupos homogêneos de  
municípios, por meio da aplicação de técnicas de análise  
multivariada. Para simplificar a utilização de tais técnicas, as es-  
calas contínuas obtidas foram transformadas em escalas discre-  
tas, isto é, em vez de se trabalhar com uma escala numérica,  
considerou-se mais conveniente identificar as categorias Baixa,  
Média e Alta (no caso do indicador de riqueza municipal, defini-  
ram-se apenas as categorias Baixa e Alta), por meio do estabele-  
cimento de parâmetros ou limites de corte na escala original. Os  
limites das categorias adotados para cada dimensão do IPRS es-  
tão descritos no Quadro 2.

Note-se que, em 2000, os limites de corte são maiores que os  
adotados em 1997, nos casos das dimensões longevidade e, prin-  
cipalmente, escolaridade. Tal opção – que pode dificultar aná-  
lises comparativas entre os grupos mas não entre os municípios –  
deveu-se ao fato de que, nessas duas dimensões – em especial na  
de escolaridade –, os progressos verificados em praticamente todos  
os municípios paulistas foram tão acentuados que os limites  
adotados em 1997 mostraram-se incapazes de diferenciar aque-  
les grupos.

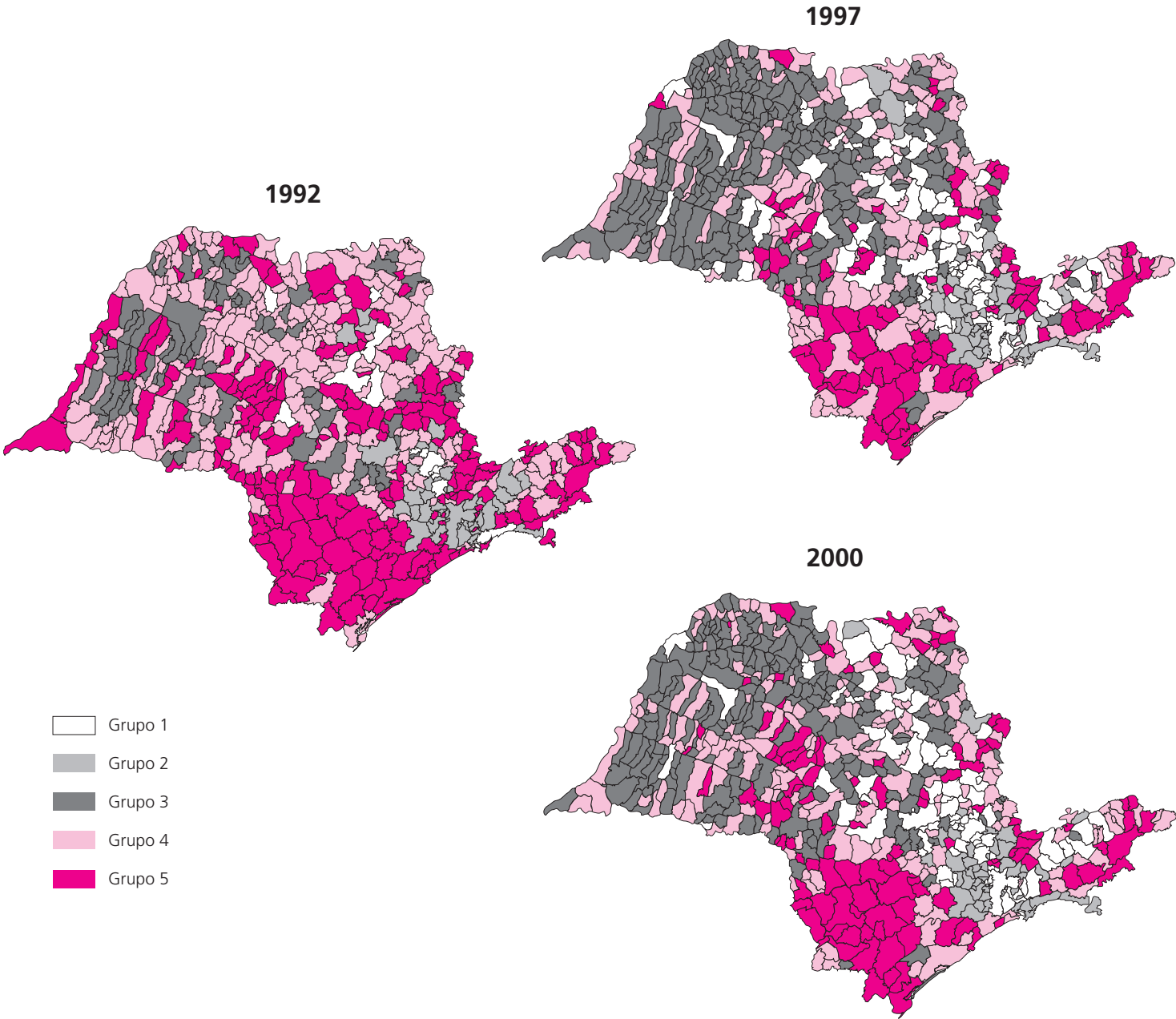
A partir das combinações das escalas das três dimensões, reali-  
zadas por análise multivariada, identificaram-se cinco agrupamen-

tos de municípios, apresentados no Mapa 1, cuja descrição geral,  
empregando-se os resultados de 2000, é apresentada a seguir:

**Grupo 1** – incorpora os municípios localizados ao longo dos  
principais eixos rodoviários do Estado (Vias Anhangüera e Presi-  
dente Dutra), que se interceptam no município de São Paulo. Os  
81 municípios que compõem este grupo abrigam 23 milhões de  
habitantes, ou 62% da população estadual, tornando-o o maior  
dos cinco grupos em população. Fazem parte dele os grandes  
municípios paulistas (São Paulo, Campinas, Santos, Ribeirão Preto  
e os municípios do ABC), além de outros com importante dimen-  
são econômica (Araçatuba, Araraquara, Barretos, Bauru,  
Jaboticabal, Jundiaí, São Carlos, etc.). Os municípios deste grupo  
associam um nível elevado de riqueza com bons níveis nos indica-  
dores sociais, embora deva-se ressaltar que, sobretudo nos maio-  
res, existem extremas desigualdades nas condições de vida de suas  
populações que não são perceptíveis nos indicadores municipais  
agregados. Para superar essa limitação do IPRS, a Fundação Seade  
apresentou um estudo, também encomendado pela Assembléia  
Legislativa de São Paulo, que visa revelar as desigualdades existen-  
tes no interior da Região Administrativa de Campinas.

**Grupo 2** – corresponde aos municípios que, embora com  
níveis de riqueza elevados, não são capazes de atingir bons indi-  
cadores sociais. São basicamente aqueles situados nas áreas me-  
tropolitanas do Estado e em seu entorno. Este grupo inclui ape-  
nas 48 municípios que abrigam pouco mais de 5 milhões de  
habitantes. Ainda que sejam poucos, os municípios deste grupo

**Mapa 1**  
**Municípios Paulistas, segundo os Grupos do IPRS**  
**1992-2000**



Fonte: Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS.

podem ser divididos em, pelo menos, três categorias, tal como observado em 1997: os industriais – como Mauá, Cubatão, Diadema e Guarulhos; os que abrigam condomínios de alto padrão – como Barueri, Cotia e Itapeverica da Serra; e os turísticos, como Atibaia, Campos do Jordão, Guarujá, Ibiúna e Ilhabela. Em todos eles, por distintos processos de formação, constituíram-se estruturas heterogêneas, convivendo níveis elevados de riqueza municipal com uma situação social inadequada. Porém, diferentemente do Grupo 1, o IPRS foi sensível o suficiente para detectá-la.

**Grupo 3** – caracteriza-se pela presença de municípios com nível de riqueza baixo, mas com bons indicadores nas demais dimensões, abrangendo a maioria daqueles localizados no norte e no oeste paulista. Este grupo engloba 211 municípios onde habitam 3,5 milhões de pessoas. O porte médio dos municípios que o compõem (16,7 mil habitantes) é o menor entre os cinco grupos, o que demonstra a alta frequência de pequenos municípios neste agrupamento, embora haja alguns atípicos, como Franca e Santa Bárbara d'Oeste.

**Grupo 4** – agrega os municípios com nível de riqueza baixo, mas com níveis médios de longevidade e conhecimento. É composto por vários municípios dispersos no oeste paulista e se concentra no centro e na fronteira nordeste do Estado, no Vale do Paraíba e no entorno do Vale do Ribeira. Incluem-se, neste grupo, 191 municípios onde habitam 3,5 milhões de pessoas. Também neste caso, com exceção de Ferraz de Vasconcelos e São Vicente, entre outros, predominam municípios de pequeno porte, em geral localizados em regiões tradicionalmente consideradas problemáticas.

**Grupo 5** – é composto pelos municípios em pior situação no IPRS, está fortemente concentrado no Vale do Ribeira, mas inclui também municípios localizados na zona serrana do Vale do Paraíba e na região central do Estado, num total de 114 municípios, onde vivem apenas 2 milhões de pessoas. Com poucas exceções, os municípios são de pequeno porte (seu porte médio é de 17,3 mil habitantes), localizados nas áreas marcadas tradicionalmente pela pobreza e incapacidade local em lograr avanços socioeconômicos significativos.

Obteve-se assim um retrato do Estado de São Paulo, em que se destaca a grande heterogeneidade regional. Existem dois eixos que acompanham as principais rodovias do Estado e se interceptam no município de São Paulo, concentrando os municípios mais bem posicionados nas três dimensões do IPRS. Os entornos metropolitanos de São Paulo, Campinas e Baixada Santista caracterizam-se por municípios que, mesmo com bons indicadores de riqueza, abrigam populações com níveis de longevidade e escolaridade sofríveis. O oeste paulista concentra municípios pequenos

e com baixos níveis de riqueza, mas cujas populações possuem bons indicadores sociais. Alguns municípios localizados nos bolsões de pobreza do Vale do Ribeira e das Serras do Mar e da Mantiqueira vêm conseguindo melhorar seus indicadores sociais, mas outros mantêm-se na lógica perversa da pobreza.

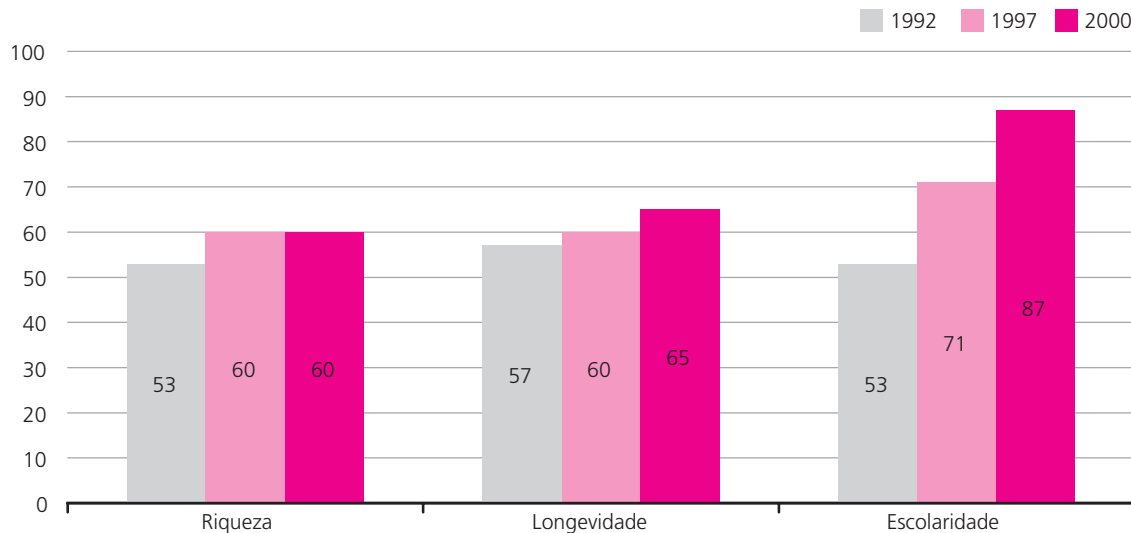
O que se viu em São Paulo, ao longo dos últimos anos, foram tímidas variações do nível da atividade econômica – refletidas na estabilidade dos indicadores de riqueza municipal –, acompanhada de progressos importantes nas condições sociais incluídas no IPRS, como atestam o crescimento do indicador de longevidade e o significativo avanço do indicador de escolaridade. Isso demonstra que, caso fosse considerado apenas o indicador de riqueza para avaliar a situação dos municípios paulistas, o diagnóstico limitar-se-ia a destacar uma virtual estagnação econômica do Estado, deixando de identificar os progressos em sua dimensão social.

Tal descompasso entre o comportamento da economia paulista e o dos indicadores sociais mostra que foi possível obter avanços neste último campo, a partir da implementação de políticas públicas adequadas, mesmo em situação econômica desfavorável. Este mesmo descompasso pode levar a alguma perplexidade quanto aos resultados revelados pelo IPRS, uma vez que o baixo dinamismo econômico atinge de forma mais imediata a situação corrente das famílias, seja pelas dificuldades de inserção profissional, seja pela estagnação ou queda de seu rendimento real e de seus níveis de consumo. O que o IPRS revela é que, mesmo com essas ocorrências negativas, as famílias conseguiram inserir e manter seus filhos no sistema educacional e passaram a dispor de melhores condições de saúde, que se refletiram especialmente na redução da mortalidade infantil.

Para facilitar o manuseio das informações e a comparação intermunicipal, os resultados do IPRS foram agrupados segundo as 15 regiões administrativas do Estado de São Paulo. Cada região é apresentada em volume próprio, contendo, além desta apresentação geral, uma análise agregada do IPRS para o Estado de São Paulo e suas regiões administrativas, uma análise da região específica em seu conjunto e uma para cada um dos municípios que a compõem. O 16º volume reúne uma síntese de todas as regiões. Tendo em vista as dificuldades de comparação dos grupos de municípios, diante da mudança dos limites de corte anteriormente mencionada, estas análises privilegiam as comparações intermunicipais, que não foram afetadas por aquela mudança, destacando os indicadores originais utilizados para a construção do IPRS de modo a simplificar sua apreensão.

Espera-se assim oferecer à sociedade paulista e aos administradores municipais um instrumento que permita avaliar os re-

**Gráfico 1**  
**Dimensões do IPRS**  
**Estado de São Paulo**  
**1992-2000**



**Fonte:** Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS.

sultados da ação governamental ao longo dos últimos três anos, contribuindo para o importante debate sobre os fatores que, de fato, conduzem ao desenvolvimento. Quanto mais se puder compreender o funcionamento e o impacto desses fatores, mais eficazes serão as políticas públicas destinadas a promover o desenvolvimento humano.

teve trajetória de crescimento ao longo dos dois períodos e a dimensão escolaridade elevou-se de forma expressiva também nos dois períodos (Gráfico 1). Assim, pode-se constatar que, mesmo em um período de relativa estabilidade de sua economia, como o de 1997 a 2000, obtiveram-se ganhos substanciais nas dimensões sociais do conjunto do Estado, especialmente na referida à escolaridade.

## O IPRS do Estado de São Paulo

O Estado de São Paulo, em seu conjunto, apresentou desempenho diferenciado, segundo as dimensões do IPRS. No caso da riqueza, registrou-se aumento entre 1992 e 1997<sup>2</sup> e estabilidade no período subsequente. A dimensão longevidade man-

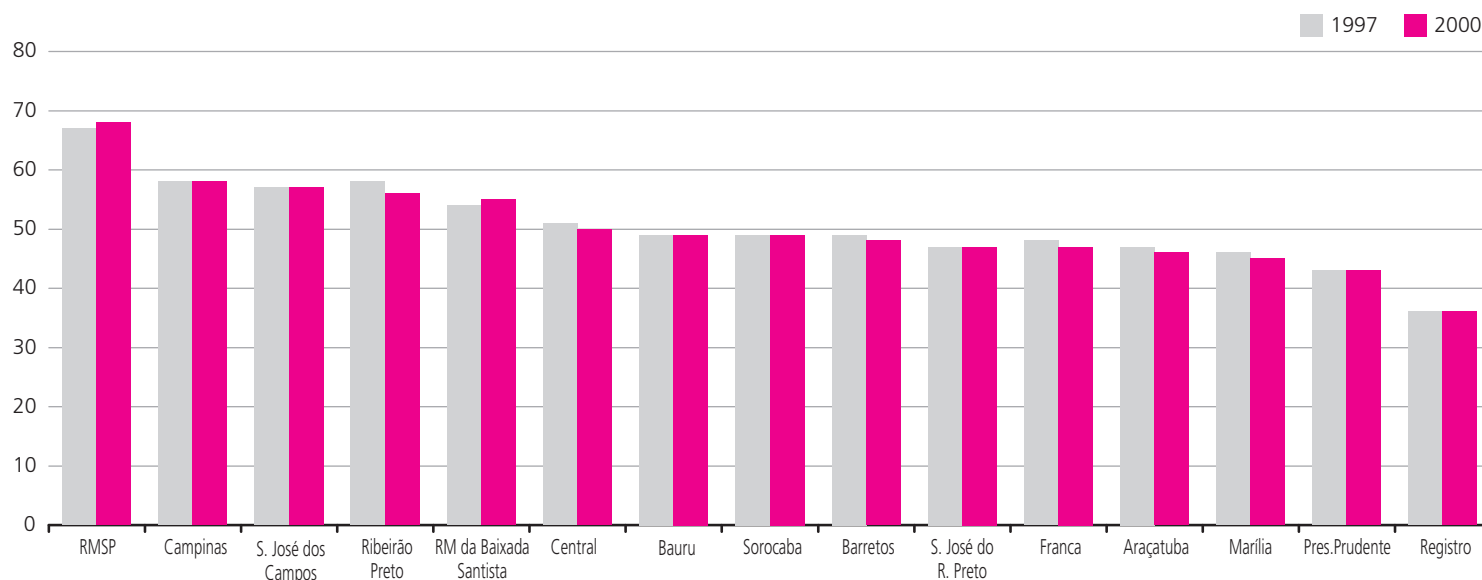
## Riqueza

Tomando-se as variáveis que compõem a dimensão riqueza do IPRS,<sup>3</sup> para o total do Estado de São Paulo, observa-se, no período 1997-2000, o seguinte comportamento:

<sup>2</sup> Os anos que aparecem nos gráficos e no texto, relacionam-se com os anos de referência do IPRS. Apenas na dimensão riqueza, esses anos coincidem com os anos de referência das variáveis originais. Na dimensão longevidade, para o IPRS-97, as taxas de mortalidade referem-se à média do período 1997-99 e, para o IPRS-2000, à do período 1999-2001. Na dimensão escolaridade, os anos de referência das variáveis originais são 1996 e 2000, respectivamente às duas edições do IPRS.

<sup>3</sup> As variáveis monetárias estão expressas em reais de 1997. O rendimento médio do setor formal foi deflacionado pelo Índice de Custo de Vida (ICV), do Dieese, e o valor adicionado fiscal pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), da Fundação Getúlio Vargas.

**Gráfico 2**  
**Dimensão Riqueza**  
**Regiões Administrativas do Estado de São Paulo**  
**1997-2000**



**Fonte:** Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS.

- o consumo anual médio de energia elétrica por ligação na agricultura e no setor terciário elevou-se de 13,8 MW para 16,3 MW;
- o consumo anual médio de energia elétrica por ligação residencial pouco se alterou, passando de 2,7 MW para 2,6 MW;
- o rendimento médio dos assalariados do setor formal diminuiu de R\$ 854 para R\$ 806;
- o valor adicionado fiscal *per capita* passou de R\$ 5.141 para R\$ 4.890.

Observam-se, assim, indicações que permitem inferir a ocorrência de um deslocamento do dinamismo econômico do Estado de São Paulo a favor dos setores primário e terciário em detrimento de seu setor industrial. Por seu turno, os indicadores associados à renda das famílias mostram a perda de seu poder de compra, no período. Como resultado desses movimentos, o indicador agregado de riqueza do Estado de São Paulo manteve-se estável entre 1997 e 2000.

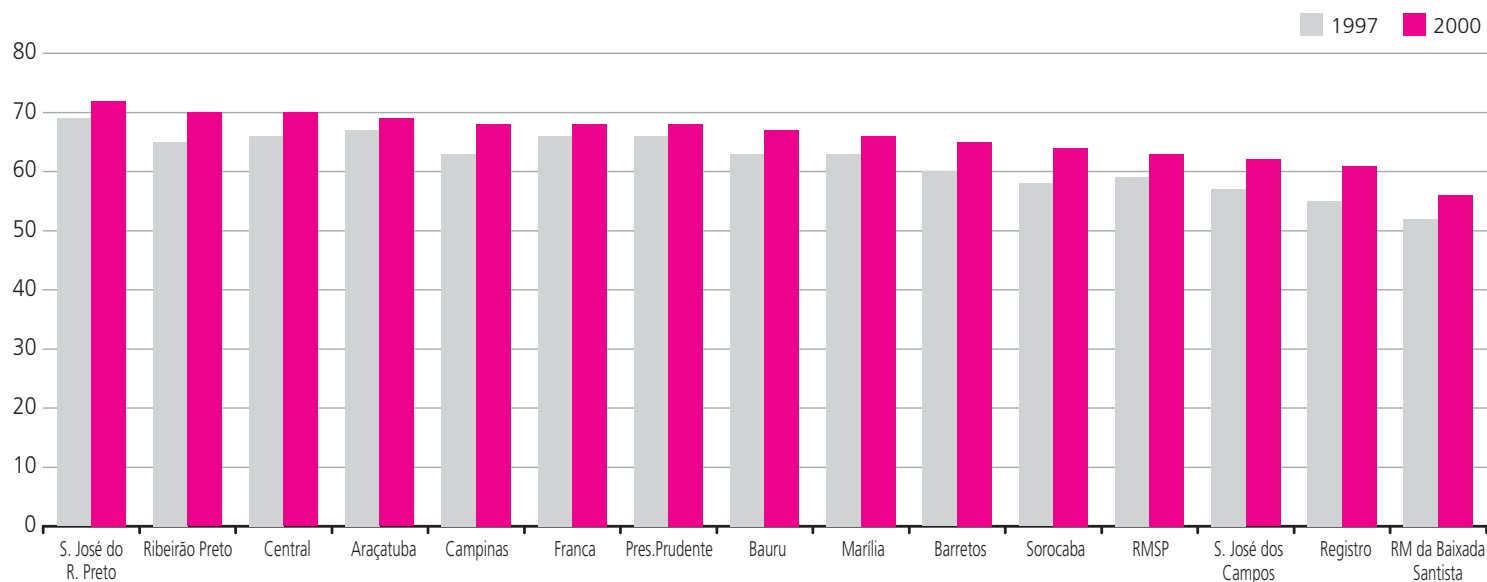
Sob a ótica regional, nota-se que apenas as Regiões Metropolitanas de São Paulo e da Baixada Santista ampliaram (em um

ponto) seu escore de riqueza, enquanto as demais registraram redução ou estabilidade nesta dimensão. Merece menção a Região Administrativa de Ribeirão Preto, cujo indicador de riqueza diminuiu dois pontos. Pode-se afirmar, portanto, que a relativa estabilidade da atividade econômica atingiu todas as regiões administrativas do Estado, uma vez que não foram observados movimentos muito discrepantes nesse corte regional (Gráfico 2). Tal estabilidade, por seu turno, fez com que a ordenação das regiões administrativas se mantivesse inalterada no período, com a Região Metropolitana de São Paulo obtendo o escore mais elevado nesta dimensão, seguida pelas Regiões Administrativas de Campinas, São José dos Campos e Ribeirão Preto. As regiões que obtiveram os menores escores de riqueza foram, em ordem decrescente, as de Marília, Presidente Prudente e Registro.

### Longevidade

Sob a perspectiva da longevidade, o conjunto do Estado de São Paulo apresentou progressos importantes, como pode-se

**Gráfico 3**  
**Dimensão Longevidade**  
**Regiões Administrativas do Estado de São Paulo**  
**1997-2000**



**Fonte:** Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS.

observar pela evolução, entre 1997 e 2000, das variáveis componentes desta dimensão:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu de 19,2 para 16,8;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) também reduziu-se de 20,6 para 18,3;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) passou de 2,4 para 2,2;
- a taxa de mortalidade das pessoas com idade superior a 60 anos (por mil habitantes) diminuiu de 42,7 para 39,7.

O progresso mais importante entre tais taxas foi o registrado na de mortalidade infantil, cuja redução foi de 2,4 pontos percentuais. Comparando este indicador com o de outros países da América Latina,<sup>4</sup> a taxa de mortalidade infantil paulista (16,8) é inferior à observada, em 2000, na Argentina (18) e, mais ain-

da, da registrada no México (25), mas superior à de países como o Uruguai (15) e Cuba (7). Em relação aos países europeus, o Estado de São Paulo apresenta taxa de mortalidade infantil inferior à da Rússia (18), mas muito superior à de países como Portugal (6) ou Espanha (5).

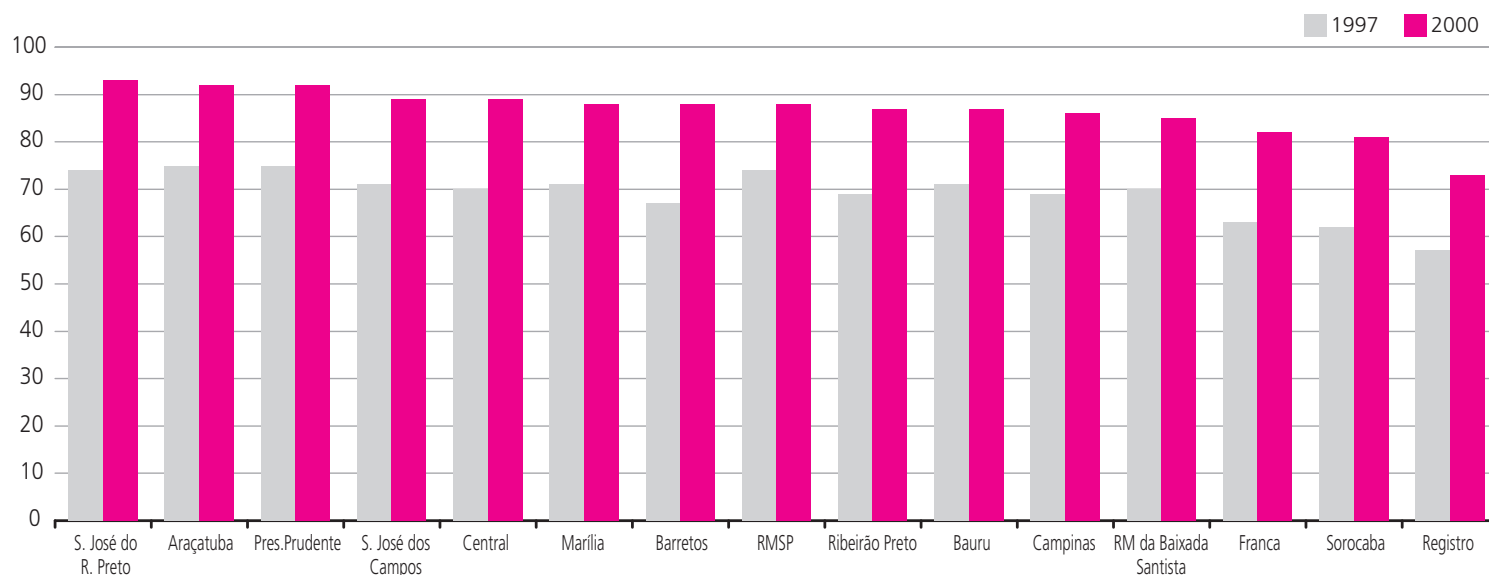
Comparando-a com a média brasileira (31,8), calculada pelo IBGE, em 1999, apenas os Estados de Rio Grande do Sul (15,1) e Santa Catarina (16,4) apresentam taxas de mortalidade infantil bem inferiores à paulista (17,9),<sup>5</sup> que se aproxima das estimadas para o Paraná (17,2) e o Espírito Santo (17,7). Nos demais Estados da Região Sudeste, essas taxas são superiores a 21 e nas demais regiões brasileiras são ainda mais elevadas: 25,1 no Centro-Oeste; 33,9 no Norte e 52,4 no Nordeste.

Sob a ótica regional (Gráfico 3), os progressos nesta dimensão foram generalizados, embora com intensidades diferentes nas di-

<sup>4</sup> Informações internacionais disponíveis em: <[http://millenniumindicators.un.org/unsd/mi/mi\\_series\\_list.asp](http://millenniumindicators.un.org/unsd/mi/mi_series_list.asp)>.

<sup>5</sup> Adotou-se a taxa de mortalidade infantil estimada pelo IBGE, em 1999 – a estatística oficial disponível mais recente – para permitir a adequada comparação do Estado de São Paulo com as outras regiões do país.

**Gráfico 4**  
**Dimensão Escolaridade**  
**Regiões Administrativas do Estado de São Paulo**  
**1997-2000**



**Fonte:** Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS.

versas regiões administrativas, merecendo destaque as de Registro e Sorocaba, que avançaram seis pontos em seus respectivos escores. Essa evolução diferenciada alterou a ordem das regiões segundo esta dimensão. A mais bem posicionada em 2000 era a de São José do Rio Preto, que já ocupava essa posição em 1997. As três regiões em pior situação, em 2000 – São José dos Campos, Registro e RM da Baixada Santista –, a despeito dos progressos experimentados no período, não alteraram suas classificações em relação àquelas observadas em 1997. Das que avançaram, merece destaque a região de Ribeirão Preto, que passou da sexta para a segunda posição. Em contrapartida, a de Araçatuba, que ocupava o segundo lugar, em 1997, passou para o quarto, em 2000.

### Escolaridade

No que diz respeito à dimensão escolaridade, os avanços registrados no conjunto do Estado de São Paulo foram excepcionais: o escore médio desta dimensão passou de 53, em 1992,

para 71, em 1997, e atingiu 87, em 2000 (Gráfico 4). Tal evolução pode ser mais bem apreendida pelo comportamento das variáveis componentes desta dimensão:

- a proporção de jovens de 15 a 19 anos de idade que concluíram o ensino fundamental passou de 49,1%, em 1997, para 65,6%, em 2000;
- a parcela das pessoas com 19 a 24 anos que completaram o ensino médio aumentou de 30,2% para 44,6%, no mesmo período;
- entre os indicadores de alfabetização, a proporção de pessoas com mais de um ano de estudo na faixa etária de 10 a 14 anos variou de 93,6% para 95,7%, entre 1997 e 2000, e na faixa etária de 15 a 24 anos manteve-se em 96,6%, no mesmo período;
- a participação da rede municipal na oferta de vagas para o ensino fundamental, no total da rede pública, passou de 27,2%, em 1997, para 29,2%, em 2000.

Como se nota, foram grandes os avanços observados nos indicadores de cobertura dos ensinos fundamental e médio, embora haja ainda muito a percorrer neste campo. Quanto aos indi-

cadadores de alfabetização, os níveis obtidos pelo Estado de São Paulo são elevados. Porém, a taxa de alfabetização, em 2000, na faixa etária de 15 a 24 anos, em países da América Latina,<sup>6</sup> como Argentina (98,6%), México (97,0%) e Uruguai (99,1%), é ainda ligeiramente superior à média paulista.<sup>7</sup> Quanto ao avanço da municipalização do ensino fundamental, observa-se que no conjunto do Estado este processo ainda está longe de se completar e tem se dado num ritmo ainda muito lento.

Do ponto de vista regional (Gráfico 4), todas as regiões administrativas apresentaram expressivos ganhos no indicador de escolaridade. Embora esse avanço tenha sido generalizado, chama a atenção o caso da Região Administrativa de Barretos, que elevou em 21 pontos seu escore de escolaridade. Mesmo a Região Metropolitana de São Paulo, cujo crescimento foi o menor entre as regiões do Estado, ampliou seu escore em 14 pontos.

Também neste caso, a região mais bem posicionada é a de São José do Rio Preto (ocupava o segundo posto, em 1997), seguida pelas de Araçatuba e Presidente Prudente. As regiões que se encontram nas últimas colocações (as mesmas que ocupavam em 1997) são, em ordem decrescente, as de Franca, Sorocaba e Registro.

Estes indicadores mostram que, para o conjunto do Estado de São Paulo, a despeito da relativa estabilidade da dimensão riqueza, houve expressivos progressos nas dimensões longevidade e, sobretudo, escolaridade. Esta simples constatação demonstra o acerto do paradigma do desenvolvimento humano, também adotado no IPRS, que considera insuficiente o uso exclusivo da renda como medida das condições de vida da população. Isto torna-se ainda mais evidente quando se observa a situação das diferentes regiões administrativas nas três dimensões. Ao contrário do que se poderia supor, são frequentes os casos de regiões bem posicionadas na dimensão riqueza que apresentam sofríveis indicadores em uma ou em ambas as dimensões sociais. A situação inversa também ocorre, como no caso da região de São José do Rio Preto, que ocupa a primeira posição nas dimensões longevidade e escolaridade, mas apenas a 11<sup>a</sup> na dimensão riqueza. Em outros termos, é possível afirmar, com base nestes indicadores, que, mesmo num período de relativa estagnação da economia, podem-se obter avanços sociais importantes, como os verificados no Estado de São Paulo, nos últimos anos.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	36.974.378
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	148,73
Número de Domicílios Particulares Permanentes	9.729.420
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	86,1
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	97,4
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	98,9
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	99,8
Domicílios Inadequados <sup>1</sup> (em %)	21,8
Indicador de Concentração de Renda <sup>2</sup>	0,72

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.  
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

6 Informações internacionais disponíveis em: <[http://millenniumindicators.un.org/unsd/mi/mi\\_series\\_list.asp](http://millenniumindicators.un.org/unsd/mi/mi_series_list.asp)>.  
7 Observe-se que, para a ONU, uma pessoa é considerada alfabetizada se puder, com compreensão, ler e escrever um texto simples sobre sua vida cotidiana. No caso do IPRS, entende-se por alfabetizada a pessoa que possui pelo menos um ano de escolaridade formal, o que dificulta, em certa medida, as comparações com outros países.



# REGIÃO METROPOLIATANA DA BAIXADA SANTISTA

## População e território

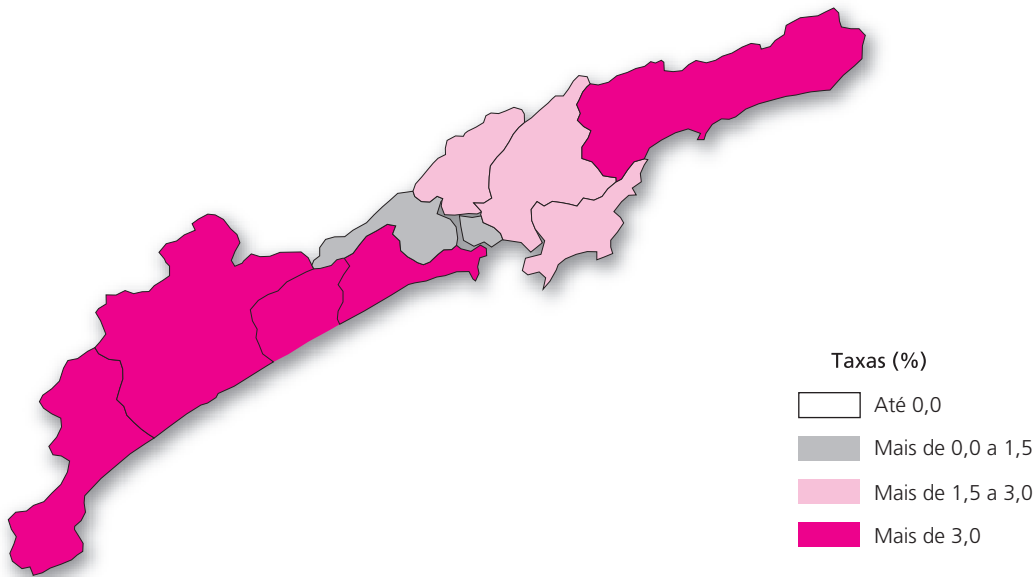
Com 1,5 milhão de habitantes, a RM da Baixada Santista é a terceira maior do Estado em população. Com uma área de 2,37 mil quilômetros quadrados (menos de 1% do Estado), abrange os municípios de Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos e São Vicente. O conjunto desses nove municípios litorâneos, por suas características econômicas e demográficas, tornou-se em 1996 a segunda região metropolitana instituída no Estado.

Nas últimas três décadas, a população da região apresentou as seguintes taxas anuais de crescimento: 3,9%, entre 1970 e 1980; 2,2%, entre 1980 e 1991; e também 2,2%, entre 1991 e 2000. Na década de 70, foram os municípios de Peruíbe (10,2% a.a.) e Praia Grande (12,9% a.a.) que mais cresceram. Nas décadas seguintes, essa posição coube a Bertioga: 9,5% ao ano na

década de 80; e 11,4% na década de 90. Santos foi o município que apresentou as menores taxas anuais de crescimento, no período: 1,9%, entre 1970 e 1980; 0,1% entre 1980 e 1991, e próxima de zero, na última década. Nos anos 90, Santos e os municípios de seu entorno apresentaram menores taxas de crescimento populacional, enquanto os municípios mais distantes desse núcleo apresentaram taxas elevadas.

A região apresenta uma densidade populacional de 621,12 habitantes/km² e recebe anualmente uma população flutuante de cerca de 780 mil pessoas, a maioria nos períodos de férias. São os municípios de São Vicente, Guarujá, Praia Grande e Santos que apresentam maiores densidades populacionais, entre 1.300 e 2.100 habitantes/km². Os demais possuem entre 100 e 750 habitantes/km², sendo Bertioga o único município com menos de 100 habitantes/km². Bastam esses dados para sugerir a complexidade dos desafios que as administrações municipais devem

Taxa Anual de Crescimento Populacional, por Município  
RM da Baixada Santista  
1991/2000



Fonte: Fundação Seade.

enfrentar. São problemas ambientais, carências sociais, em infraestrutura, saneamento, transporte e habitação, típicos das grandes aglomerações populacionais.

Os índices de saneamento, mostram que, atualmente, cerca de 67% das residências da região são atendidas pelo serviço de coleta de esgoto sanitário. O abastecimento de água atende a 95,8% das unidades residenciais e o serviço regular de coleta de lixo abrange 98,7% das residências particulares. Porém, esses indicadores médios encobrem a grande heterogeneidade regional neste tópico. Mongaguá com 20,9% das unidades residenciais atendidas pela coleta de esgoto, Itanhaém com 16,0% e Peruíbe 10,5% demonstram que a situação ainda requer muita atenção. O município de Santos apresenta o melhor conjunto de indicadores de saneamento, com 99,7% das unidades residenciais atendidas pelo abastecimento de água, 94,2% pela coleta de esgoto e 99,6% pela coleta de lixo. O município está, portanto, acima da média da região e do Estado.<sup>8</sup>

Devido ao alto grau de conurbação dos municípios, a constituição da Região Metropolitana procura integrar a busca por alternativas e a implantação de soluções otimizando recursos e esforços, já que diversos problemas e ações extrapolam as fronteiras municipais.

## **Economia**

A economia da região destaca-se pela combinação das atividades industriais, portuárias e de prestação de serviços, principalmente daqueles voltados ao turismo. O complexo portuário de Santos é o maior e mais importante da América do Sul. Possui aproximadamente 13km de cais e serve como escoadouro para a produção agrícola e industrial de São Paulo e de outros Estados, como Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Paraná. Responsável por mais de um terço de todo o comércio exterior do Brasil, nos últimos anos o complexo portuário tem passado por um intenso processo de modernização e de privatização de suas operações.

O município de Santos concentra o maior número de estabelecimentos industriais e de serviços, empregando 94,5 mil trabalhadores nesses setores, de um total de 117 mil empregados formais. Possui ainda indústrias ligadas à pesca, à metalurgia e à fabricação de calçados e de blocos e artefatos de cimento. Mais de 83% da arrecadação no município provêm do setor terciário.

Cubatão é o município que emprega o maior número de trabalhadores na indústria: quase 17 mil, em 2002. O parque

industrial de Cubatão é composto, principalmente, pelo pólo petroquímico, que se formou ao redor da Refinaria Presidente Bernardes, da Petrobrás, e pela Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa). Cubatão também é um dos seis maiores municípios brasileiros em arrecadação de tributos federais.

Além das indústrias e do complexo portuário, as atividades ligadas ao turismo, aos comércios atacadista e varejista, ao atendimento à saúde, à educação, ao transporte e ao sistema financeiro também influenciam significativamente a economia regional. O município de Guarujá, destaca-se entre os demais por empregar mais de 20.000 trabalhadores no setor de serviços.

As atividades de turismo apresentam uma importante alternativa para o crescimento econômico e o desenvolvimento da Região. É um setor, entretanto, ainda em desenvolvimento (desde a infraestrutura até a capacitação de recursos humanos), tendo a possibilidade de trazer um maior número de benefícios para a população local. Todos os municípios (exceto Cubatão), são classificados como estâncias e estão relativamente próximos à capital paulista. Um fator que aponta para um possível avanço nesse setor é a elaboração do Plano Diretor de Turismo da Baixada Santista concluído em outubro de 2002. O documento surge como resposta à necessidade de se planejar, priorizar e valorizar intervenções e otimizar a aplicação de recursos humanos e financeiros.

Um reflexo do potencial da região é o volume de investimentos anunciados entre 2001 e 2002. O maior volume dirigiu-se ao setor de serviços. Foram US\$ 484,72 milhões em alojamento e alimentação; aluguel de veículos, máquinas e equipamentos, e de objetos pessoais; agências de viagem; atividades jurídicas, de contabilidade e assessoria empresarial; atividades associativas, imobiliárias, recreativas, culturais desportivas, educacionais, financeiras (exceto seguros e previdência privada); saúde e serviços sociais; telecomunicações e transporte aquaviário e terrestre, representando 55,3% do total de investimentos anunciados na região naquele período. Em segundo lugar está o setor industrial com US\$ 389,57 milhões em investimentos anunciados (44,5% do total) e por último o comércio com US\$ 2,13 milhões, representando 0,2% do total de anúncios em investimento.

## **O IPRS na RM da Baixada Santista**

Como a breve apresentação da RM da Baixada Santista sugere, apesar de sua importância econômica, persiste uma grande

<sup>8</sup> No Estado de São Paulo, 97,4% das unidades residenciais são atendidas pelo abastecimento de água, 86,1% pela coleta de esgoto e 98,9% pela coleta de lixo.

heterogeneidade entre e internamente aos municípios que a compõem. Embora situe-se entre as regiões com os indicadores mais elevados de riqueza, a RM da Baixada Santista possui os piores indicadores de longevidade e encontra-se entre as quatro regiões com menores indicadores de escolaridade.

A distribuição dos municípios desta região nos cinco grupos do IPRS também espelha tal heterogeneidade: apenas Santos foi classificado no Grupo 1, que reúne os municípios com bons indicadores nas três dimensões do índice. Dos oito municípios restantes, três encontram-se no Grupo 2; três no Grupo 4 e dois no Grupo 5. Recorde-se que o Grupo 2 contém os municípios que possuem bons indicadores de riqueza, mas indicadores sociais insatisfatórios, configurando uma situação particularmente heterogênea. Os Grupos 4 e 5, agregam os municípios em piores situações de riqueza, longevidade e escolaridade, sendo que os classificados no Grupo 4 encontram-se em situação ligeiramente melhor que os do Grupo 5, em especial no que diz respeito às dimensões sociais.

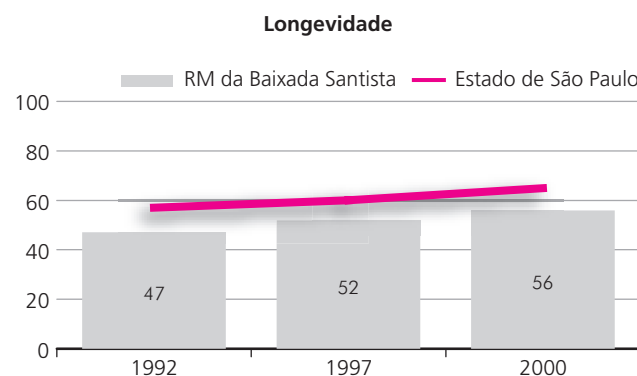
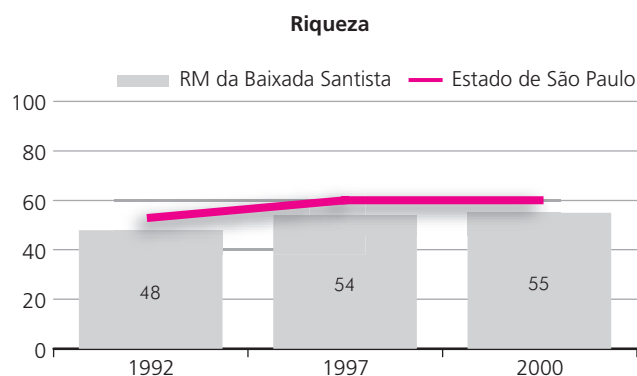
O indicador agregado de riqueza mostra que esta região manteve-se em crescimento entre 1992 e 2000,<sup>9</sup> embora com menor ritmo no último triênio, distinguindo-se do conjunto do Estado, cujo indicador mostrou-se crescente entre 1992 e 1997, mas estabilizou-se no período recente. Boa parte desse dinamismo explica-se pelo bom desempenho do município de Santos nessa dimensão. Porém, vários municípios apresentaram redução deste indicador, com destaque para Mongaguá, que perdeu sete pontos no escore de riqueza, entre 1997 e 2000.

Na região, o comportamento das variáveis que compõem esta dimensão, entre 1997 e 2000, foi:

- consumo anual de energia elétrica por ligação na agricultura, no comércio e nos serviços: de 15,4 MW para 17,3 MW, sendo a média do Estado, em 2000, de 16,3 MW;
- consumo anual de energia elétrica por ligação residencial: manteve-se estabilizado em 2,3 MW, sendo a média do Estado, em 2000, de 2,6%;
- rendimento médio do emprego formal: de R\$ 764 para R\$ 735, sendo a média do Estado, em 2000, de R\$ 806;
- valor adicionado *per capita*: de R\$ 4.381 para R\$ 4.373 sendo a média do Estado, em 2000, de R\$ 4.890.

Nota-se que houve importante crescimento do consumo de energia elétrica no setor terciário, o que sugere aumento de suas atividades econômicas, e que a redução do valor adicionado fiscal *per capita* não foi tão expressiva. Porém, os indicadores associados à renda e ao consumo das famílias não apresentaram crescimento. Ao contrário, o salário médio do setor formal, tal como se observou no conjunto do Estado, reduziu-se.

O indicador agregado de longevidade também apresentou-se crescente ao longo do período em análise, porém, seu patamar encontra-se muito abaixo da média estadual. Embora todos os municípios da região tenham melhorado seus escores de longevidade, há uma grande disparidade de seus respectivos valores. Apenas Santos e Bertioga possuem escores superiores a 60 (ainda assim, inferiores ao total do Estado). Entre os demais,



<sup>9</sup> Os anos que aparecem nos gráficos e no texto relacionam-se com os anos de referência do IPRS. Apenas na dimensão riqueza, esses anos coincidem com aqueles de referência das variáveis originais. Na dimensão longevidade, para o IPRS-92, as taxas de mortalidade referem-se à média do período 1993-95, para o IPRS-97 à do período 1997-99 e, para o IPRS-2000 à do período 1999-01. Na dimensão escolaridade, os anos de referência das variáveis originais são 1996 e 2000, respectivamente às duas edições do IPRS.

chama atenção o caso de Praia Grande, cujo escore (51), é o menor entre os municípios da região.<sup>10</sup>

Na região, o comportamento das variáveis que compõem esta dimensão, entre 1997 e 2000, foi:

- taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos): de 22,8 para 21,2, sendo a média do Estado, em 2000, de 16,8;
- taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos): de 24,4 para 23,0, sendo a média do Estado, em 2000, de 18,3;
- taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes): de 3,5 para 3,0, sendo a média do Estado, em 2000, de 2,2;
- taxa de mortalidade das pessoas com mais de 60 anos (por mil habitantes): de 44,2 para 40,3, sendo a média do Estado, em 2000, de 39,7.

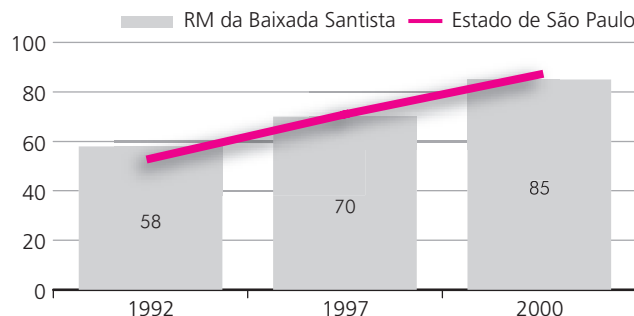
Houve, portanto, queda de todos os indicadores de mortalidade na região, embora nem todos os seus municípios tenham apresentado esse mesmo movimento. Ademais, todas as taxas de mortalidade investigadas encontram-se, na RM da Baixada Santista, em patamares muito superiores ao do conjunto do Estado, razão pela qual esta região apresenta o pior indicador agregado de longevidade quando comparado com as demais regiões do Estado.

No caso da dimensão escolaridade, a RM da Baixada Santista situa-se num patamar próximo ao do Estado, situação relativamente mais favorável que na dimensão longevidade. Também aqui a situação se deve ao elevado escore obtido pelo Município de Santos em tal dimensão (94). Dos demais municípios, apenas São Vicente atingiu o escore médio do Estado (87) e, entre os restantes, a pior situação foi encontrada em Bertioga, cujo escore é de apenas 69.

Na região, o comportamento das variáveis que compõem esta dimensão, entre 1997 e 2000 foi:

- proporção de pessoas na faixa etária de 15 a 19 anos que completaram o ensino fundamental: de 48,0% para 62,1%, sendo a média do Estado, em 2000, de 65,6%;
- proporção de pessoas na faixa etária de 20 a 24 anos que completaram o ensino médio: de 29,6% para 42,1%, sendo a média do Estado, em 2000, de 44,6%;
- proporção de pessoas na faixa etária de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo: de 92,4% para 95,6%, sendo a média do Estado, em 2000, de 95,7%;

### Escolaridade



- proporção de pessoas na faixa etária de 15 a 24 anos com mais de um ano de estudo: manteve-se em 96,5%, sendo a média do Estado, em 2000, de 96,6%;
- participação da rede municipal de ensino fundamental no total da rede pública: de 38,4% para 44,0%, sendo a média do Estado, em 2000, de 29,2%.

Tais informações revelam que a RM da Baixada Santista apresenta indicadores de cobertura dos ensinos fundamental e médio inferiores aos do Estado, indicadores de alfabetização juvenil praticamente iguais aos do conjunto do Estado e uma participação da rede municipal na oferta pública de vagas no ensino fundamental muito superior à verificada no Estado.

Uma apreciação geral do comportamento da RM da Baixada Santista, realizada por meio do IPRS, indica que seu desempenho econômico, ainda que limitado, foi mais intenso que o do conjunto do Estado. Tal comportamento refletiu a aparente expansão das atividades terciárias, sobretudo nos municípios de maior porte, e pela relativa estabilidade das atividades industriais, resultado do seu crescimento em Cubatão e, em menor medida, no Guarujá, compensado pela queda nos demais municípios. Também no caso dos indicadores de renda e consumo das famílias, seu comportamento foi mais favorável que a média estadual, embora também aqui tenha se registrado queda dos salários médios dos empregados formalizados.

Já os indicadores de mortalidade apresentaram-se, em geral, decrescentes, mas ainda se mantêm em patamares muito superiores ao do total do Estado. Em alguns municípios, seus patamares

**10** O indicador de longevidade, construído a partir de diferentes taxas de mortalidade, é sujeito a grande variabilidade nos municípios de pequeno porte, razão pela qual as taxas de mortalidade utilizadas correspondem à média de três anos, conforme a nota anterior. Mesmo utilizando esse critério, o indicador e as variáveis que o compõem não estão totalmente isentos desse problema, o que implica a necessidade de ser analisado com cuidado, em especial nos pequenos municípios.

são ainda excessivamente elevados – como as taxas de mortalidade infantil e perinatal em Mongaguá e a taxa de mortalidade na população de 15 a 39 anos na Praia Grande e no Guarujá, por exemplo – e, em outros, o comportamento de algumas dessas taxas foi desfavorável – como a mortalidade infantil em São Vicente e Peruíbe. Mesmo assim, a avaliação geral dessa dimensão foi favorável, mas grandes esforços ainda devem ser realizados para melhorar a posição da RM da Baixada Santista.

A evolução da dimensão escolaridade foi claramente positiva para o conjunto da região, embora seu escore tenha se distan-

ciado ligeiramente da média do Estado, quando comparado com o período anterior. A heterogeneidade intermunicipal também é visível nesta dimensão, que contém um município como Santos com escore 94 e municípios como Bertioga e Mongaguá, com escores próximos a 70, em que pesem os grandes avanços que obtiveram em relação a 1997. A elevada participação da rede municipal na oferta de vagas do ensino fundamental na região sugere o grande esforço das administrações municipais neste sentido. Apenas os municípios de Mongaguá e Peruíbe não atingiram o patamar registrado no Estado neste quesito.

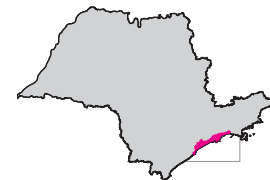
Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	1.473.912
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	621,12
Número de Domicílios Particulares Permanentes	422.838
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	67,5
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	95,8
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	98,7
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	99,7
Domicílios Inadequados <sup>1</sup> (em %)	26,5
Indicador de Concentração de Renda <sup>2</sup>	0,83

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.  
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

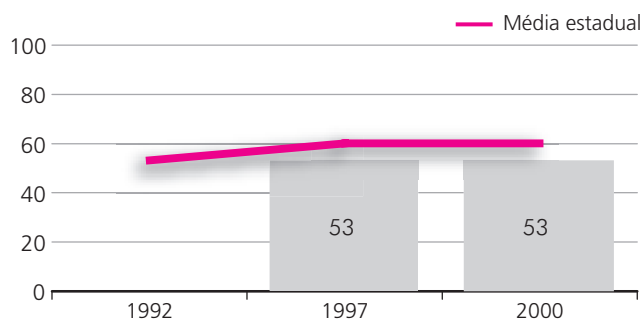
## BERTIOGA

Desde sua criação, em 1993, Bertioiga manteve-se no Grupo 2 nas duas últimas edições do IPRS. O grupo engloba municípios com altos índices de riqueza, mas com indicadores sociais intermediários. Ainda que se mantenham em patamares inferiores à média do Estado, Bertioiga vem ampliando seus níveis de longevidade e escolaridade.



### Riqueza: desempenho manteve-se estável

Bertioiga ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:  
1997 – 90<sup>a</sup>  
2000 – 81<sup>a</sup>



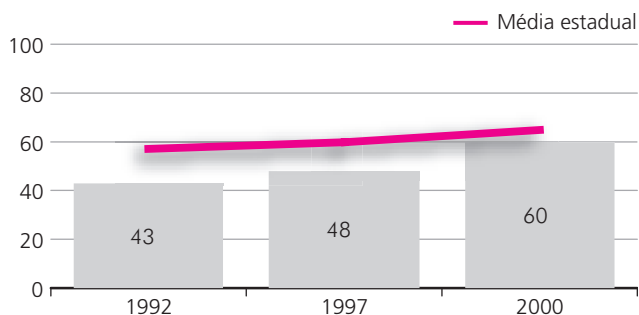
Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços permaneceu praticamente inalterado, em torno de 15 MW;
- o consumo anual de energia elétrica residencial por ligação também se estabilizou em 2,4 MW;
- o rendimento médio do emprego formal variou de R\$ 676 para R\$ 680;
- o valor adicionado fiscal *per capita* passou de R\$ 1.779 para R\$ 1.306.

Os indicadores sugerem uma estagnação nos setores primário e terciário da atividade econômica municipal, também observada nos salários médios. O setor industrial registrou pequena redução.

### Longevidade: redução da mortalidade infantil

Bertioiga ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:  
1997 – 605<sup>a</sup>  
2000 – 489<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

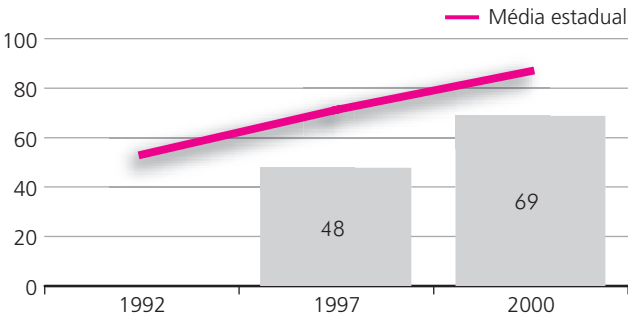
- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu de forma significativa de 26,8 para 14,9;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) reduziu-se de 28,3 para 24,3;
- a taxa de mortalidade entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) caiu de 3,6 para 2,8;
- a taxa de mortalidade dos maiores de 60 anos (por mil habitantes) passou de 42,1 para 38,4.

Os resultados revelam que os progressos apreendidos no indicador agregado de longevidade refletem basicamente a redução da mortalidade infantil e, em menor escala, da mortalidade perinatal, adulta e dos idosos.

### Escolaridade: desfavorável, mas em evolução

Bertioga ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 600<sup>a</sup>  
2000 – 579<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a proporção de pessoas de 15 a 19 anos que completaram o ensino fundamental passou de 29,5% para 47,4%;
- entre as de 20 a 24 anos que completaram o ensino médio, a proporção aumentou de 12,0% para 26,2%;
- elevou-se a parcela das pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo, de 88,7% para 97,2%;
- manteve-se a proporção de pessoas de 15 a 24 anos com mais de um ano de estudo (93,9%);
- a participação da rede municipal, no total da rede pública de ensino fundamental, passou de 47,4% para 50,1%.

Os indicadores revelam melhoras importantes na dimensão educacional de Bertioga, ainda que sejam muito reduzidas as proporções de jovens que completaram os ensinos fundamental e médio.

### Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	29.771
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	61,77
Número de Domicílios Particulares Permanentes	8.240
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	21,6
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	91,9
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	98,5
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	99,4
Domicílios Inadequados <sup>1</sup> (em %)	45,0
Indicador de Concentração de Renda <sup>2</sup>	0,73

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.  
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

### Síntese

Apesar da relativa estabilidade da dimensão riqueza, os indicadores sociais de Bertioga apresentaram discretas melhoras, destacando-se a queda na taxa de mortalidade infantil.

Ranking 2000

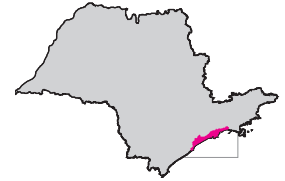
81<sup>º</sup>  
Riqueza

489<sup>º</sup>  
Longevidade

579<sup>º</sup>  
Escolaridade

## CUBATÃO

Em todas as edições do IPRS, Cubatão foi classificado no Grupo 2, que agrega os municípios economicamente dinâmicos, mas com baixo desenvolvimento social. No período de 1992 a 2000, este município apresentou lento desenvolvimento em seus níveis de riqueza, embora seu patamar estivesse acima da média estadual. Para o mesmo período, registraram-se baixo nível de longevidade e sensível melhora nos indicadores de escolaridade.

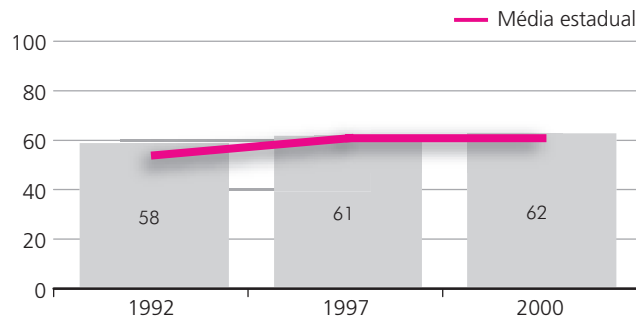


### Riqueza: crescimento econômico com redução dos salários

Cubatão ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:

1997 – 31<sup>a</sup>

2000 – 22<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica no comércio, na agricultura e nos serviços passou de 25,6 MW para 29,8 MW;
- o consumo anual de energia elétrica por ligação residencial manteve-se em 2,1 MW;
- o rendimento médio do emprego formal variou de R\$ 1.090 para R\$ 984;
- o valor adicionado fiscal *per capita* aumentou de R\$ 33.296 para R\$ 38.243.

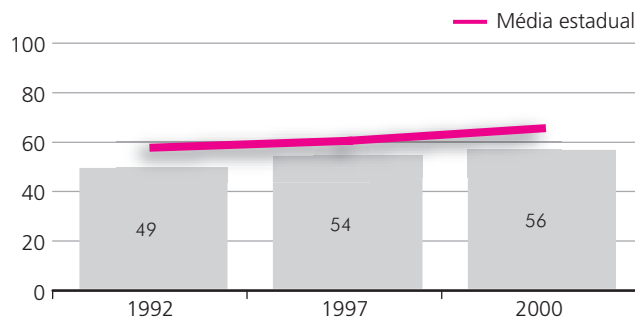
Esses resultados indicam que o município cresceu em todos os setores de atividade, inclusive no industrial, embora seus empregados formais tenham apresentado diminuição dos rendimentos médios.

### Longevidade: reduções e aumentos da mortalidade

Cubatão ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:

1997 – 529<sup>a</sup>

2000 – 576<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997 e 2000:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu de 20,3 para 19,6;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) elevou-se de 20,6 para 22,4;
- a taxa de mortalidade entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) diminuiu de 3,3 para 3,1;
- a taxa de mortalidade dos maiores de 60 anos (por mil habitantes) reduziu-se de 48,2 para 44,8.

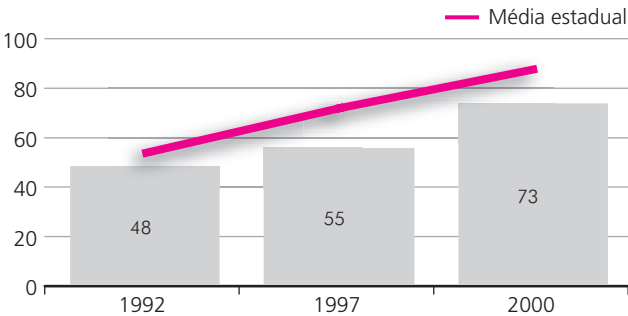
Cubatão apresentou pequena redução nas taxas de mortalidade infantil e das faixas de 15 a 39 anos e de 60 anos e mais, mas, no mesmo período, houve aumento da mortalidade perinatal.



Escolaridade: desempenho discreto

Cubatão ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 514<sup>a</sup>  
2000 – 517<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- passou de 31,9% para 47,4% a proporção de pessoas de 15 a 19 anos que completaram o ensino fundamental;
- aumentou de 22,3% para 34,6% a porcentagem de pessoas de 20 a 24 anos que concluíram o ensino médio;
- ampliou-se de 87,3% para 93,3% a proporção de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo;
- passou de 95,4% para 95,8% a proporção de pessoas de 15 a 24 anos com mais de um ano de estudo;
- a participação da rede municipal do ensino fundamental, no total da rede pública, elevou-se de 54,2% para 58,2%.

Esses resultados demonstram que, embora em evolução, ainda são insatisfatórios os indicadores educacionais de Cubatão.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	108.135
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	730,64
Número de Domicílios Particulares Permanentes	29.783
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	46,9
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	85,1
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	98,1
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	99,8
Domicílios Inadequados <sup>1</sup> (em %)	44,4
Indicador de Concentração de Renda <sup>2</sup>	0,88

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.  
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

As informações mostram que, embora as atividades econômicas tenham se expandido em Cubatão, diminuiu o rendimento médio do emprego. O município teve discreta redução nas taxas de mortalidade nas diversas faixas etárias, com exceção da perinatal. Na questão educacional, apesar dos ligeiros aumentos dos indicadores, sua situação ainda se encontra abaixo da média estadual.

Ranking 2000

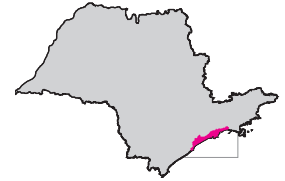
22<sup>o</sup>  
Riqueza

576<sup>o</sup>  
Longevidade

517<sup>o</sup>  
Escolaridade

## GUARUJÁ

Guarujá, que apresentava baixos valores dos indicadores em 1992, quando foi classificado no Grupo 5, experimentou alguma melhora, sobretudo na dimensão riqueza, nos dois levantamentos posteriores, passando a integrar o Grupo 2, representado pelos municípios economicamente dinâmicos, mas com indicadores sociais insuficientes.

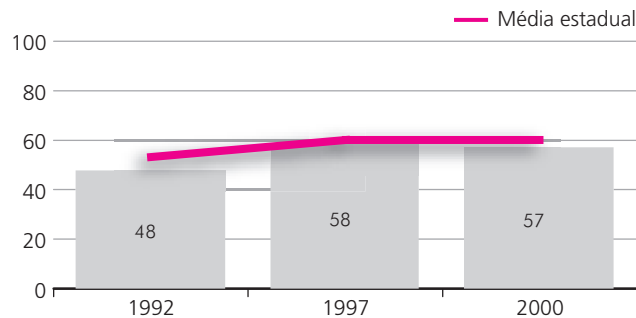


### Riqueza: crescimento industrial e perdas dos assalariados

Guarujá ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:

1997 – 51<sup>a</sup>

2000 – 47<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços passou de 17,0 MW para 15,8 MW;
- o consumo anual de energia elétrica por ligação residencial manteve-se em 2,6 MW;
- o rendimento médio do emprego formal reduziu de R\$ 724 para R\$ 703;
- o valor adicionado fiscal *per capita* passou de R\$ 1.879 para R\$ 2.222.

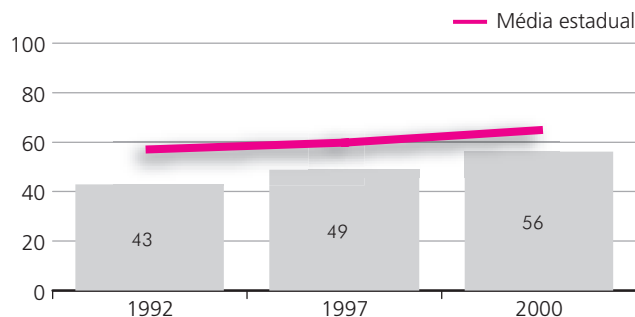
Tais indicadores sugerem que, embora a atividade econômica municipal nos setores primário e terciário tenha apresentado pequeno desaquecimento, também observado nos salários médios, o setor industrial registrou movimento ascendente. Esse comportamento setorial divergente explica a relativa estabilidade do indicador agregado de riqueza.

### Longevidade: mortalidade elevada, mas em queda

Guarujá ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:

1997 – 600<sup>a</sup>

2000 – 573<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997 e 2000:

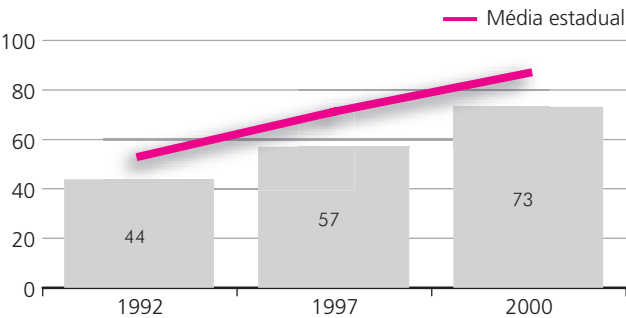
- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) reduziu-se de 21,7 para 19,2;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) diminuiu de 25,3 para 22,2;
- a taxa de mortalidade entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) passou de 4,0 para 3,4;
- a taxa de mortalidade dos maiores de 60 anos (por mil habitantes) decresceu de 45,2 para 40,4.

Esses resultados revelam que os progressos captados no indicador agregado de longevidade, cujo patamar é ainda elevado, são reflexos da melhoria de todos seus componentes, especialmente da queda da mortalidade para a faixa etária de 15 a 39 anos.

Escolaridade: melhora aquém da desejável

Guarujá ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 474<sup>a</sup>  
2000 – 506<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a proporção de pessoas de 15 a 19 anos que completaram o ensino fundamental passou de 35,6% para 52,8%;
- aumentou de 18,4% para 29,3% a porcentagem das pessoas de 20 a 24 anos que concluíram o ensino médio;
- a proporção de pessoas de 15 a 24 anos com mais de um ano de estudo manteve-se em torno de 96%, enquanto a daquelas e 10 a 14 anos sofreu um ligeiro acréscimo de 90,7% para 94,7%;
- a participação da rede municipal, no total da rede pública do ensino fundamental, passou de 39,2% para 41,8%.

O analfabetismo juvenil está em vias de ser eliminado, porém a proporção de pessoas que concluíram o ensino fundamental e a de jovens até 24 anos que terminaram o ensino médio estão ainda abaixo do desejável.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	264.235
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	1.928,72
Número de Domicílios Particulares Permanentes	72.027
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	71,8
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	92,5
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	98,3
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	99,8
Domicílios Inadequados <sup>1</sup> (em %)	44,6
Indicador de Concentração de Renda <sup>2</sup>	0,80

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.  
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

As informações mostram que, embora o valor adicionado *per capita* no setor industrial tenha apresentado acréscimo, o valor real do salário e a atividade econômica registraram queda no período. Quanto à mortalidade no Guarujá, apesar de as taxas estarem acima das registradas no Estado, o indicador melhorou no período, com quedas significativas, mesmo comportamento observado com o indicador de escolaridade e seus componentes.

Ranking 2000

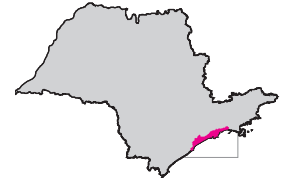
47<sup>o</sup>  
Riqueza

573<sup>o</sup>  
Longevidade

506<sup>o</sup>  
Escolaridade

## ITANHAÉM

Itanhaém, que pertencia ao Grupo 5 em 1992, foi classificado, nas edições posteriores do IPRS, no Grupo 4, que engloba municípios com baixo nível de riqueza e patamares de desenvolvimento social de baixo a intermediário. Apresentou pequena queda de seu indicador de riqueza, cujo nível é inferior à média do Estado. Os indicadores de longevidade e de escolaridade melhoraram entre 1997 e 2000, mas ainda estão abaixo da média estadual.

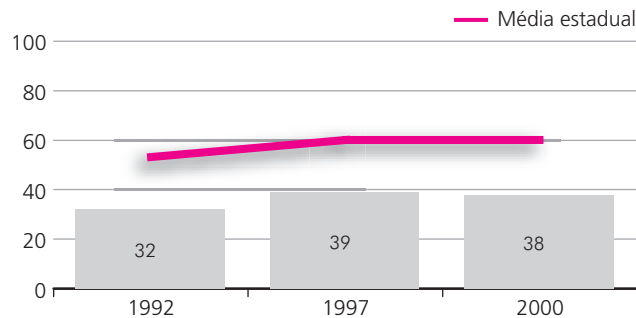


### Riqueza: crescimento do terciário e queda na renda

Itanhaém ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:

1997 – 353<sup>a</sup>

2000 – 377<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997 e 2000:

- o consumo anual de energia elétrica no comércio, na agricultura e nos serviços, por ligação, aumentou de 9,8 MW para 10,8 MW;
- a estabilidade do consumo de energia elétrica por ligação residencial em 1,7 MW;
- o rendimento médio do emprego formal variou de R\$ 614 para R\$ 577;
- o valor adicionado fiscal *per capita* passou de R\$ 1.188 para R\$ 746.

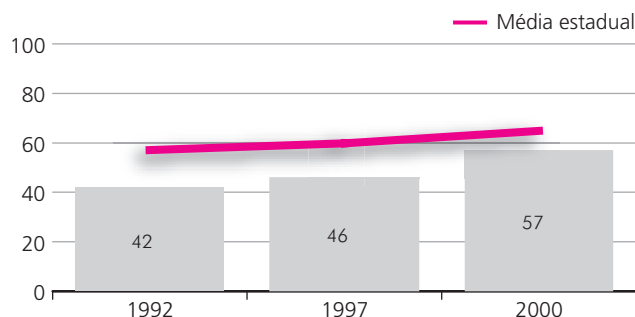
Esses dados sugerem o crescimento das atividades terciárias simultaneamente à desaceleração da indústria e à queda dos salários reais.

### Longevidade: redução generalizada da mortalidade

Itanhaém ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:

1997 – 616<sup>a</sup>

2000 – 549<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997 e 2000:

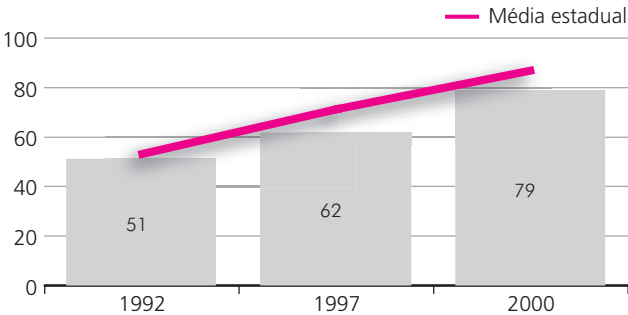
- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu, passando de 29,5 para 24,5;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) diminuiu de 31,7 para 25,6;
- a taxa de mortalidade dos indivíduos entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) reduziu ligeiramente, de 2,8 para 2,6;
- a taxa de mortalidade entre os maiores de 60 anos (por mil habitantes) reduziu de 46,4 para 35,4.

Houve, portanto, importantes progressos nessa dimensão, com destaque para a queda da taxa de mortalidade infantil e entre os maiores de 60 anos.

Escolaridade: aumenta o nível de escolaridade

Itanhaém ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 377<sup>a</sup>  
2000 – 380<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a proporção de pessoas de 15 a 19 anos que concluíram o ensino fundamental passou de 43,4% para 58,2%;
- aumentou de 23,3% para 34,0% a parcela das pessoas de 20 a 24 anos que concluíram o ensino médio;
- a porcentagem de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo, passou de 90,7% para 96,6%;
- a proporção de pessoas de 15 a 24 anos com mais de um ano de estudo passou de 95,4% para 96,4%;
- a participação da rede municipal de ensino fundamental no total da rede pública aumentou de 18,6% para 41,2%.

Houve melhora generalizada desses indicadores, com destaque para a municipalização da rede de ensino fundamental.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	71.694
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	123,40
Número de Domicílios Particulares Permanentes	20.226
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	16,0
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	84,9
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	93,9
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	98,0
Domicílios Inadequados <sup>1</sup> (em %)	25,9
Indicador de Concentração de Renda <sup>2</sup>	0,85

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.  
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

As informações apontam que houve melhora nos indicadores de escolaridade e longevidade e pequena redução do indicador de riqueza no município. Na dimensão escolaridade pode-se observar aumento significativo na participação da rede municipal de ensino fundamental no total da rede pública. Ainda assim, esses indicadores estão abaixo da média estadual.

Ranking 2000

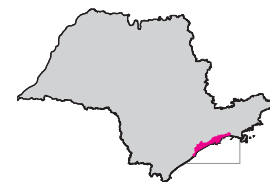
377<sup>o</sup>  
Riqueza

549<sup>o</sup>  
Longevidade

380<sup>o</sup>  
Escolaridade

## MONGAGUÁ

Nas três edições do IPRS, Mongaguá manteve-se no Grupo 5, que reúne os municípios com níveis mais baixos de desenvolvimento socioeconômico. Na dimensão riqueza, apresentou queda do indicador entre 1997 e 2000, após ter crescido entre 1992 e 1997. Já nas dimensões longevidade e escolaridade, foi bom o desempenho no período, embora ainda se mantenha em patamar muito inferior à média do Estado.

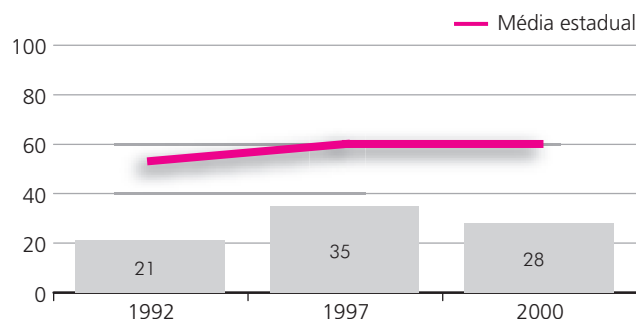


### Riqueza: comportamento negativo

Mongaguá ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:

1997 – 421<sup>a</sup>

2000 – 594<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a queda no consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços, que passou de 8,2 MW para 8,0 MW;
- a redução no consumo anual de energia elétrica por ligação residencial de 1,6 MW para 1,2 MW;
- a diminuição do rendimento médio do emprego formal de R\$ 567 para R\$ 485;
- o decréscimo do valor adicionado *fiscal per capita* que passou de R\$ 988 para R\$ 717.

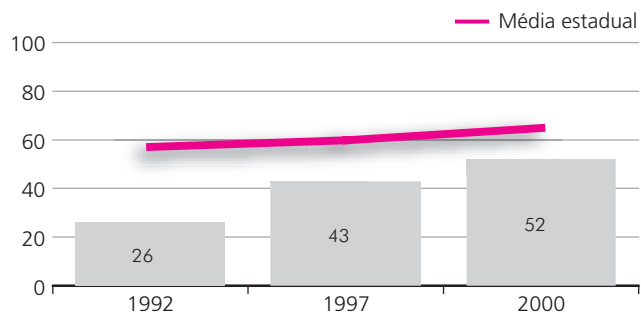
Houve, portanto, em Mongaguá, um comportamento negativo de todas as variáveis da dimensão riqueza, não só das relacionadas ao nível de atividade econômica, como também daquelas associadas à renda e ao consumo das famílias.

### Longevidade: redução das taxas de mortalidade

Mongaguá ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:

1997 – 633<sup>a</sup>

2000 – 618<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) sofreu um pequeno declínio, passando de 30,2 para 30,0;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) diminuiu de 32,2 para 27,9;
- a taxa de mortalidade da população com idade entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) reduziu-se de 3,8 para 2,8;
- foi significativa a queda da taxa de mortalidade dos maiores de 60 anos (por mil habitantes), passando de 41,1 para 35,4.

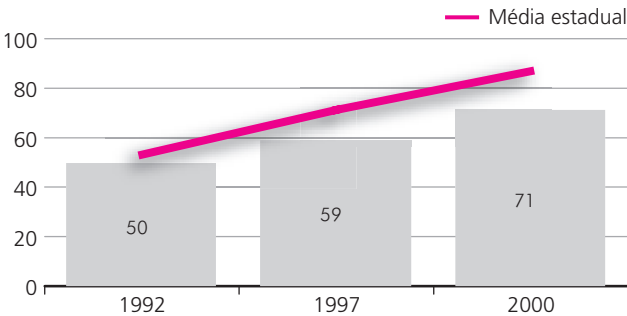
Chama a atenção a redução generalizada das taxas de mortalidade em Mongaguá, embora o indicador agregado mantenha-se bem abaixo da média estadual.

### Escolaridade: pequenos avanços

Mongaguá ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 445<sup>a</sup>

2000 – 551<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997 e 2000:

- a parcela da população de 15 a 19 anos com o ensino fundamental completo passou de 41,0% para 53,7%;
- o percentual de pessoas de 20 a 24 anos com ensino médio completo elevou-se de 19,7% para 31,2%;
- passou de 89,7% para 92,3% o percentual de pessoas entre 10 e 14 anos com mais de um ano de estudo;
- reduziu-se levemente a parcela de pessoas de 15 a 24 anos com mais de um ano de estudo, de 95,9% para 95,5%;
- aumentou de 15,8% para 20,1% a participação da rede municipal no total da oferta pública do ensino fundamental.

Embora tenha apresentado algum progresso, a situação educacional de Mongaguá manteve-se em patamar muito inferior e crescentemente distante da média estadual.

### Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	34.897
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	258,50
Número de Domicílios Particulares Permanentes	9.764
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	20,9
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	93,3
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	94,7
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	97,3
Domicílios Inadequados <sup>1</sup> (em %)	27,9
Indicador de Concentração de Renda <sup>2</sup>	0,83

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.

(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

### Síntese

O comportamento negativo da dimensão riqueza e a pequena melhora da dimensão educacional não foram suficientes para retirar Mongaguá do Grupo 5, mesmo com a redução generalizada das taxas de mortalidade. Em todas as dimensões, ainda é distante a posição deste município em relação à média do Estado.

#### Ranking 2000

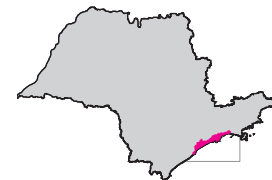
**594<sup>o</sup>**  
Riqueza

**618<sup>o</sup>**  
Longevidade

**551<sup>o</sup>**  
Escolaridade

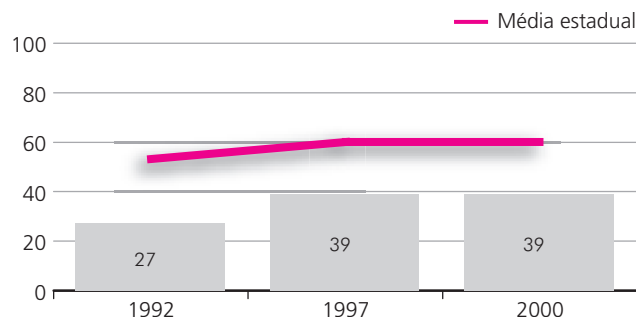
## PERUÍBE

Nas três edições do IPRS, Peruíbe manteve-se classificado no Grupo 5, que reúne os municípios em piores condições socioeconômicas do Estado. Apresentou poucos progressos nas dimensões riqueza e longevidade, o que o impediu de percorrer uma trajetória mais favorável entre 1992 e 2000.



### Riqueza: estabilidade do nível de riqueza

Peruíbe ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:  
1997 – 341<sup>a</sup>  
2000 – 345<sup>a</sup>



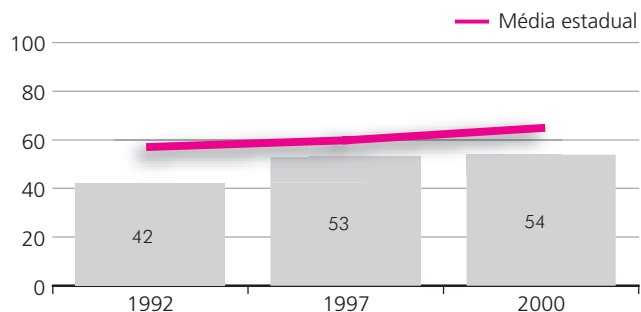
Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica no comércio, na agricultura e nos serviços passou de 7,0 MW para 8,1 MW;
- o consumo anual de energia elétrica residencial manteve-se estabilizado em 1,9 MW;
- o rendimento médio do emprego formal passou de R\$ 577 para R\$ 542;
- o valor adicionado fiscal *per capita* diminuiu de R\$ 967 para R\$ 791.

A despeito do importante declínio no valor adicionado fiscal *per capita*, a elevação do nível de atividade terciária explica o quadro de estabilidade do indicador que agrega riqueza.

### Longevidade: crescimento da mortalidade perinatal

Peruíbe ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:  
1997 – 549<sup>a</sup>  
2000 – 603<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997 e 2000:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) manteve-se relativamente estabilizada (de 23,7 para 23,9);
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) passou de 26,7 para 28,1;
- a taxa de mortalidade entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) permaneceu inalterada em 2,8;
- a taxa de mortalidade para aqueles com mais de 60 anos (por mil habitantes) decresceu de 42,1 para 38,5.

O indicador de longevidade de Peruíbe manteve-se praticamente inalterado, mas preocupam os comportamentos observados nas taxas de mortalidade infantil e perinatal.

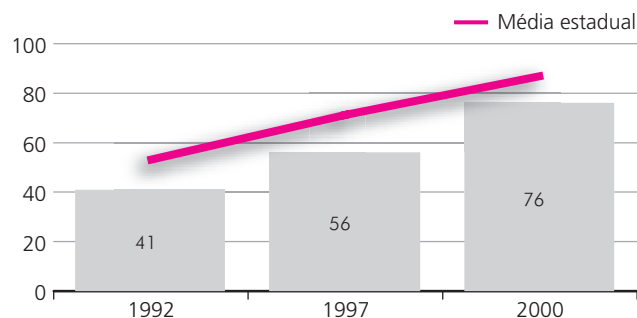


## Escolaridade: crescimento do ensino médio

Peruíbe ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 500<sup>a</sup>

2000 – 467<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a proporção de pessoas entre 15 e 19 anos que concluíram o ensino fundamental cresceu de 40,3% para 53,3%;
- aumentou de 17,1% para 29,6% o percentual de pessoas entre 20 e 24 anos com ensino médio concluído;
- o percentual de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo passou de 89,7% para 97,3% e daquelas entre 15 a 24 anos passou de 95,0% para 96,8%;
- a participação da rede municipal do ensino fundamental no total da rede pública aumentou de 18,4% para 21,1%.

O crescimento expressivo do indicador de escolaridade reflete o bom desempenho de todas as variáveis analisadas, sobretudo das referentes ao analfabetismo.

## Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	51.237
Densidade Demográfica (habitantes/km <sup>2</sup> )	156,21
Número de Domicílios Particulares Permanentes	14.091
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	10,5
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	88,8
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	96,7
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	98,8
Domicílios Inadequados <sup>1</sup> (em %)	24,4
Indicador de Concentração de Renda <sup>2</sup>	0,84

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.

(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

## Síntese

O comportamento dos indicadores de Perúibe não foi dos mais positivos. Além da estabilidade da dimensão riqueza, a evolução das taxas de mortalidade infantil e perinatal foram desfavoráveis. Apenas na dimensão escolaridade observaram-se progressos, mas a situação é ainda muito inferior à média do Estado, salvo no que diz respeito aos indicadores de analfabetismo, cujos progressos foram notáveis.

### Ranking 2000

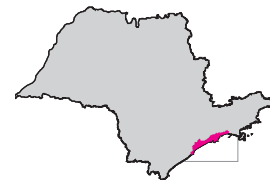
**345<sup>o</sup>**  
Riqueza

**603<sup>o</sup>**  
Longevidade

**467<sup>o</sup>**  
Escolaridade

## PRAIA GRANDE

Praia Grande, que pertencia ao Grupo 5 em 1992, passou a ser classificado no Grupo 4 em 1997 e em 2000. Esse grupo engloba municípios com baixo nível de riqueza e em transição social. Esse município vem melhorando seus indicadores de riqueza, longevidade e escolaridade, mas ainda situa-se bem abaixo da média estadual.

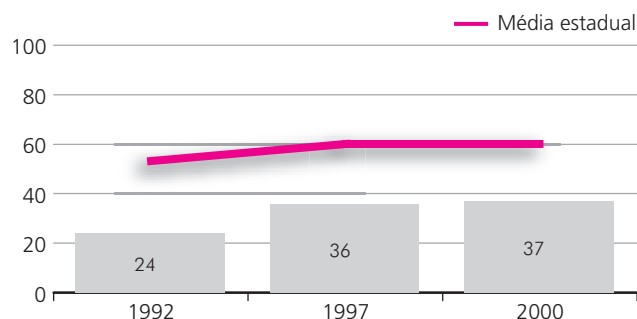


### Riqueza: crescimento do terciário

Praia Grande ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:

1997 – 410<sup>a</sup>

2000 – 405<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica no comércio, na agricultura e nos serviços, por ligação, passou de 10,1 MW para 14,0 MW;
- o consumo anual de energia elétrica por ligação residencial manteve-se estabilizada em 1,5 MW;
- o rendimento médio do emprego formal diminuiu de R\$ 612 para R\$ 563;
- o valor adicionado fiscal *per capita* reduziu de R\$ 954 para R\$ 891.

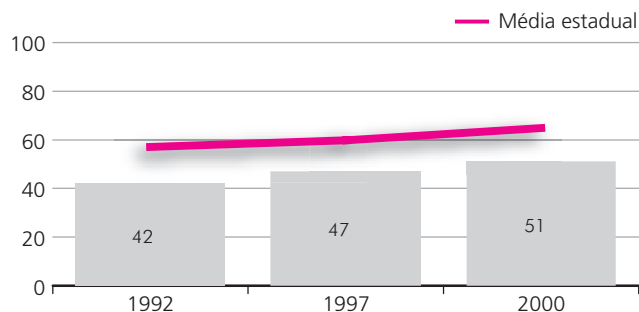
Tais indicadores sugerem crescimento das atividades terciárias, em detrimento das industriais, acompanhado pela redução do salário médio.

### Longevidade: mortalidade em queda

Praia Grande ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:

1997 – 613<sup>a</sup>

2000 – 624<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

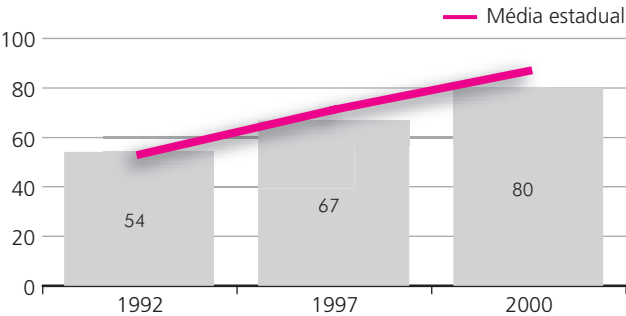
- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu de 26,2 para 25,2;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) apresentou redução, de 27,1 para 25,2;
- a taxa de mortalidade dos indivíduos com idade entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) reduziu-se de 4,1 para 3,7;
- a taxa de mortalidade entre as pessoas com idade superior a 60 anos (por mil habitantes) passou de 42,0 para 38,3.

Houve, portanto, mudanças positivas no comportamento de todas as taxas de mortalidade, em especial na perinatal e entre as pessoas com mais de 60 anos.

### Escolaridade: destacam-se ensino fundamental e médio

Praia Grande ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 268<sup>a</sup>  
2000 – 362<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- passou de 45,4% para 60,5% a parcela de pessoas de 15 a 19 anos que concluíram o ensino fundamental;
- cresceu de 25,5% para 39,2% a proporção de pessoas de 20 a 24 anos que concluíram o ensino médio;
- aumentou de 92,8% para 93,2% a proporção de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo;
- houve pequena variação negativa de 96,3% para 96,1% no percentual de pessoas de 15 a 24 anos com mais de um ano de estudo;
- ampliou a participação da rede municipal de ensino fundamental no total da rede pública, de 29,9% para 35,2%.

Os principais progressos foram a ampliação da cobertura dos ensinos fundamental e médio e a maior participação do município na oferta de ensino fundamental.

### Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	192.769
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	1.329,44
Número de Domicílios Particulares Permanentes	54.921
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	58,8
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	98,3
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	99,1
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	99,8
Domicílios Inadequados <sup>1</sup> (em %)	22,8
Indicador de Concentração de Renda <sup>2</sup>	0,78

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.  
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

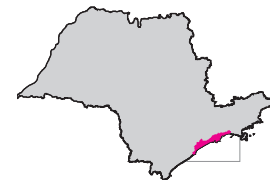
### Síntese

As informações mostram alguns progressos nos indicadores de riqueza, longevidade e escolaridade. No caso da escolaridade, os progressos foram ainda mais expressivos, que levaram Praia Grande a se aproximar da média estadual. Também merecem menção as reduções nas taxas de mortalidade infantil e perinatal observadas no município.

**Ranking 2000**  
**405º**  
Riqueza  
**624º**  
Longevidade  
**362º**  
Escolaridade

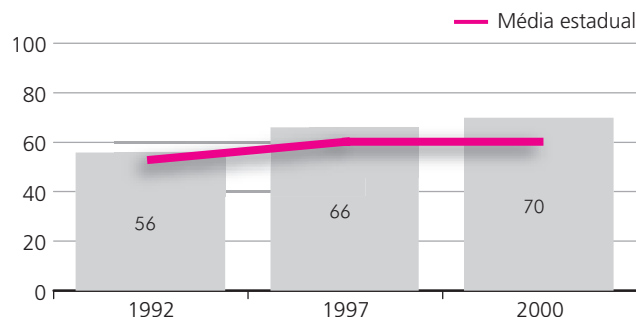
## SANTOS

Santos manteve-se no Grupo 1 nas três edições do IPRS, grupo que agrega os municípios mais bem posicionados nas três dimensões do indicador. Seus níveis de renda e de escolaridade são bem superiores à média estadual e o de longevidade praticamente igualou-se a essa média. Nas três dimensões, verificaram-se contínuos progressos desde 1992.



### Riqueza: crescimento do setor terciário

Santos ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:  
1997 – 15<sup>a</sup>  
2000 – 9<sup>a</sup>



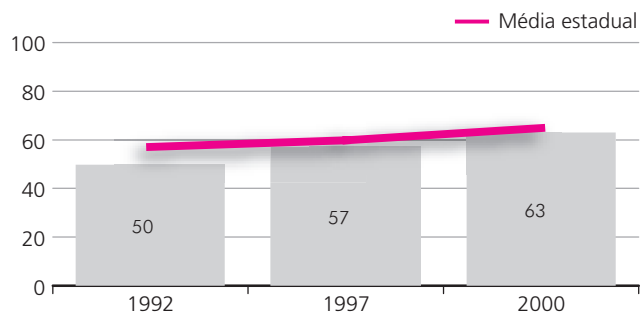
Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços elevou-se de 18,0 MW para 20,5 MW;
- o consumo de energia elétrica por ligação residencial aumentou ligeiramente de 3,1 MW para 3,4 MW;
- o rendimento médio do emprego formal variou de R\$ 775 para R\$ 778;
- o valor adicionado fiscal *per capita* reduziu-se de R\$ 3.692,64 para R\$ 2.735,50.

Santos manteve crescente seu nível de riqueza, a despeito do desempenho negativo do setor industrial. Isso se explica pelo comportamento positivo dos indicadores de atividade dos demais setores e pela estabilidade salarial.

### Longevidade: redução das taxas de mortalidade

Santos ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:  
1997 – 481<sup>a</sup>  
2000 – 430<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

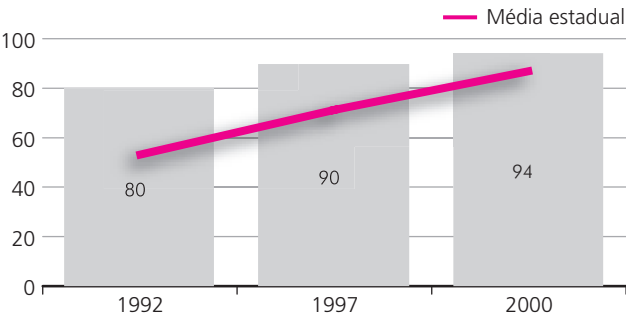
- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu de 19,1 para 17,0;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) decresceu de 19,6 para 18,8;
- a taxa de mortalidade entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) variou de 3,1 para 2,4;
- a taxa de mortalidade entre os maiores de 60 anos (por mil habitantes) também diminuiu, saindo do patamar de 44,6 para 41,3.

A queda generalizada das taxas de mortalidade que compõem a dimensão longevidade do IPRS explicam o bom desempenho de Santos nessa dimensão, que o fez melhorar sensivelmente sua posição em relação à média do Estado entre 1997 e 2000.

Escolaridade: progressos expressivos

Santos ocupou as seguintes posições no ranking de escolaridade:

- 1997 – 3ª
- 2000 – 20ª



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a proporção de pessoas de 15 a 19 anos que concluíram o ensino fundamental elevou-se de 65,6% para 77,6%;
- o percentual das pessoas entre 20 a 24 anos que concluíram o ensino médio passou de 46,2% para 61,4%;
- a proporção das pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo passou de 95,7% para 97,2%;
- a proporção das pessoas de 15 a 24 anos com mais de um ano de estudo passou de 97,5% para 97,7%;
- a participação da rede municipal de ensino fundamental no total da rede pública variou de 55,1% para 56,7%.

Todas as variáveis mostraram-se favoráveis, sobretudo a cobertura do ensino médio. O analfabetismo juvenil quase foi erradicado e a parcela de concluintes do ensino fundamental aproxima-se de 80% da população de 15 a 19 anos. Próximo de 60%, a municipalização do ensino evoluiu lentamente no período.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	417.975
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	1.542,34
Número de Domicílios Particulares Permanentes	130.419
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	94,2
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	99,7
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	99,6
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	100,0
Domicílios Inadequados <sup>1</sup> (em %)	12,5
Indicador de Concentração de Renda <sup>2</sup>	0,88

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.  
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

A análise do IPRS de Santos demonstra que o município apresentou franca evolução nas três dimensões do índice, em que pese a retração da atividade industrial. Houve estabilidade dos indicadores de rendimento e consumo das famílias e importantes progressos nos indicadores sociais.

Ranking 2000

9º

Riqueza

430º

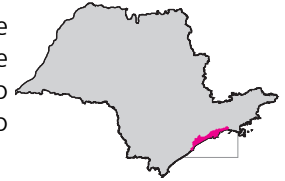
Longevidade

20º

Escolaridade

## SÃO VICENTE

O Grupo 4, em que São Vicente classificou-se nas três edições do IPRS, caracteriza-se pelo baixo nível de riqueza e patamares de desenvolvimento social de baixo a intermediário. Seus indicadores de riqueza e de longevidade são inferiores à média estadual e mostraram lenta evolução entre 1992 e 2000. Na dimensão escolaridade, o município apresentou bom desempenho, mas num ritmo ligeiramente inferior à média do Estado.

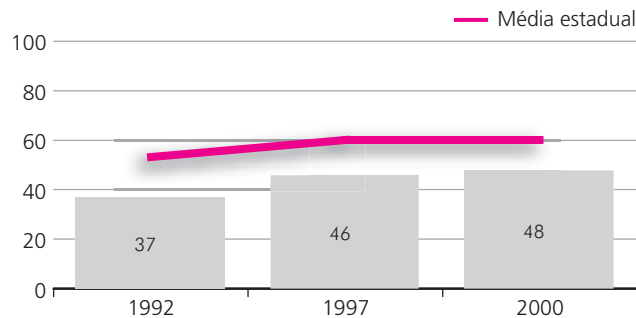


### Riqueza: crescimento do terciário e queda dos salários

São Vicente ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:

1997 – 200<sup>a</sup>

2000 – 154<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o crescimento do consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços, passou de 13,6 MW para 16,4 MW;
- a pequena variação do consumo anual de energia elétrica por ligação residencial, passando de 2,2 MW para 2,3 MW;
- o rendimento médio do emprego formal diminuiu, ao passar de R\$ 584 para R\$ 541;
- o valor adicionado fiscal *per capita* também se reduziu, variando de R\$ 929 para R\$ 793.

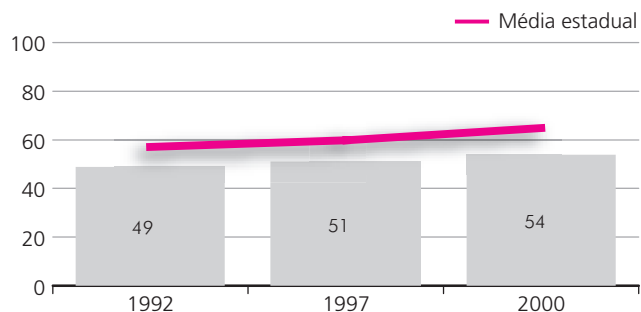
Esses indicadores sugerem que o desempenho econômico de São Vicente foi influenciado pelo crescimento do setor terciário, mas foi acompanhado por queda dos salários médios.

### Longevidade: aumento da mortalidade infantil

São Vicente ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:

1997 – 575<sup>a</sup>

2000 – 600<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

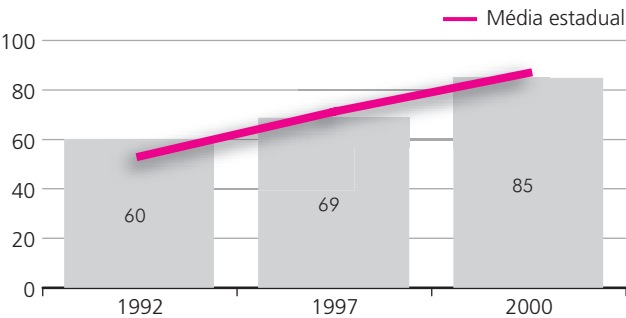
- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) sofreu um pequeno aumento passando de 23,7 para 23,8;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) diminuiu lentamente, passando de 25,1 para 24,4;
- a taxa de mortalidade para a população com idades entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) também declinou ligeiramente, variando de 3,4 para 3,1;
- a taxa de mortalidade entre os maiores de 60 anos (por mil habitantes) passou de 43,7 para 40,4.

Embora tenham se verificado reduções nas taxas de mortalidade perinatal, juvenil e entre as pessoas com mais de 60 anos de idade, essas reduções foram pequenas e preocupa o comportamento negativo da taxa de mortalidade infantil.

Escolaridade: avanços expressivos

São Vicente ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 207<sup>a</sup>  
2000 – 241<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a parcela da população de 15 a 19 anos que concluiu o ensino fundamental cresceu de 46,7% para 62,8%;
- a proporção de pessoas de 20 a 24 anos que concluiu o ensino médio passou de 27,4% para 40,7%;
- passou de 92,9% para 96,3% a proporção de pessoas com idade entre 10 e 14 anos com mais de um ano de estudo;
- pouco se alterou o percentual de pessoas na faixa etária de 15 a 24 anos com mais de um ano de estudo: de 96,9% para 96,5%;
- significativo aumento da participação da rede municipal na oferta de ensino fundamental: de 35,6% para 44,3%.

Embora com progressos importantes, os níveis de cobertura dos ensinos fundamental e médio podem melhorar a variação negativa do indicador de analfabetismo juvenil.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	303.199
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	2.076,71
Número de Domicílios Particulares Permanentes	83.368
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	67,2
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	99,4
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	99,5
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	99,9
Domicílios Inadequados <sup>1</sup> (em %)	27,3
Indicador de Concentração de Renda <sup>2</sup>	0,87

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.  
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

A análise do IPRS de São Vicente revela um baixo dinamismo econômico e uma pequena melhoria da dimensão longevidade, em que pese a ligeira elevação da taxa de mortalidade infantil. Mesmo na dimensão escolaridade, em que os progressos foram mais evidentes, registrou-se relativa estabilidade do indicador de analfabetismo juvenil.

Ranking 2000

154<sup>o</sup>  
Riqueza

600<sup>o</sup>  
Longevidade

241<sup>o</sup>  
Escolaridade